



Kroton Educacional S.A.

Yduqs Participações S.A.

Ser Educacional S.A.

Ânima Holding S.A.

Bahema Educação S.A.

Arco Educação S.A.

Afya Participações S.A.

Vasta Plataforma Limited

A educação brasileira na Bolsa de Valores

Front e Instituto Tricontinental de Pesquisa Social

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NA BOLSA DE VALORES

impactos da pandemia e do capital

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e FRONT

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NA BOLSA DE VALORES
impactos da pandemia e do capital

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo • 2024

Copyright © 2024, by Editora Expressão Popular Ltda

Produção editorial: *Lia Urbini*

Revisão: *Lia Urbini*

Diagramação: *Zap Design*

Capa: *Thais Nozaki*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

159e

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
A educação brasileira na Bolsa de Valores: impactos da pandemia
e do capital / Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e FRONT ;
apresentação de Roberto Leher. -- 1. ed. -- São Paulo : Expressão
Popular, 2023.
136 p. : il.

ISBN 978-65-5891-114-2

1. Educação – Brasil. 2. Educação – Bolsa de Valores - Brasil.
3. Educação – Privatização. 4. Bolsa de Valores – Brasil. I. Leher,
Roberto. II. Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. III. Instituto de
Estudos Contemporâneos - FRONT. IV. Título.

CDU 37:33(81)

Elaborada pela bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada
ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: fevereiro de 2024

EXPRESSÃO POPULAR


Alameda Nothmann, 806


Sala 06 e 08, térreo, complemento 816

01216-001 – Campos Elíseos – SP

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

Mercantilização financeirizada da educação e a pedagogia do capital: a desmercantilização como desafio histórico contra a barbárie educacional.....	7
<i>Roberto Leher</i>	
Apresentação	17
A educação brasileira na Bolsa de Valores	21
CoronaChoque e a educação brasileira: um ano e meio depois	61
7 teses sobre o presente e o futuro da educação brasileira.....	89
Corporações educacionais em tempos de pandemia.....	119

MERCANTILIZAÇÃO FINANCEIRIZADA DA EDUCAÇÃO E A PEDAGOGIA DO CAPITAL: A DESMERCANTILIZAÇÃO COMO DESAFIO HISTÓRICO CONTRA A BARBÁRIE EDUCACIONAL

Roberto Leher¹

Este precioso e educativo livro é resultante de uma iniciativa conjunta entre o Front – Instituto de Estudos Contemporâneos e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. A presente publicação disponibiliza suas pesquisas sobre a conversão de grupos educacionais em sociedades anônimas e com participação de acionistas nas bolsas de valores. A investigação ilumina e capta as tendências do capital na educação brasileira e, certamente, em muitos outros países, como apontado nos estudos sobre o Movimento de Reforma da Educação Global [GERM, na sigla em inglês].

Não se trata do livre mercado atuando em prol de empresários visionários e empreendedores. Em diversos países, o crescimento meteórico dessas organizações foi impulsionado pela indução

¹ Roberto Leher, prof. dr. titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador do CNPq e Cientista de Nosso Estado (Faperj). Atua no Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação – Colemarx. Colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes, ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (julho de 2015 a julho de 2019) Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5063-8753>. E-mail: leher.roberto@gmail.com; robertoleher@fe.ufrj.br.

estatal por meio de isenções tributárias, políticas de crédito estudantil subsidiado e radical desregulamentação dos negócios educacionais. As pesquisas indicam que, de fato, o Estado catalisou tais negócios e, por isso, a mercantilização financeirizada é um movimento do capital que não pode ser compreendido como um problema restrito ao setor privado, pois o volume de recursos do fundo público direcionado para tais corporações e sua escala afetam o conjunto da educação dos países que estão na vanguarda mundial do processo.

Como evidenciado nas investigações cuidadosamente apresentadas nesta obra, o período de expansão dos grupos educacionais de capital aberto no Brasil tem como marco temporal o contexto de crise nos Estados Unidos em 2008. De fato, a partir deste ano tem início um febril processo de aquisições que contaram com aportes de fundos de investimentos e, na sequência, de abertura de capital nas bolsas. Ano a ano os grupos educacionais ampliaram suas matrículas e seus faturamentos, impulsionados pelas isenções tributárias do Programa Universidade para Todos e pelos recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Entretanto, as consequências da crise estrutural se mostraram mais graves a partir de 2014 e, em 2016, o Fies foi fortemente reduzido. Desde então, as sociedades anônimas do setor educacional diversificaram suas carteiras de negócios, especialmente por meio de cursos a distância massivos, cursos presenciais dirigidos aos consumidores de renda elevada e da brusca ampliação de aquisições e fusões de escolas e do desenvolvimento de novos produtos (como sistemas e plataformas de ensino) no segmento da educação básica. Merece especial destaque o capítulo do livro dedicado à pandemia de covid-19, especialmente nos anos de 2020 e 2021. A grave epidemia contribuiu para a abertura de novos nichos de mercado em decorrência da proclamada ausência de alternativas ao ensino remoto ancorado nas plataformas

das corporações. Embora tenham ocorrido lutas e resistências, os sindicatos e os trabalhadores docentes não lograram condições para reverter essas modalidades precárias de ensino virtual impostas em nome do direito à aprendizagem, a despeito da evidente negação objetiva de meios para assegurar processos de ensino e aprendizagem consequentes. O ensino virtual precário foi encampado pelos governos e pela maioria das instituições educacionais, sob os aplausos das corporações da mídia e dos Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe).

A abertura das escolas e das universidades às plataformas das corporações foi um processo violento que ficou conhecido como CoronaChoque. A manifestação do então governador de Nova York, Andrew Cuomo, sumariza o alcance dessa doutrina de choque:

Cuomo havia anunciado uma parceria [...] com a Fundação [...] Gates para desenvolver ‘um sistema educacional mais inteligente’. Chamando Gates de ‘visionário’, Cuomo disse que a pandemia criou ‘um momento na história em que podemos realmente incorporar e levar adiante as ideias [de Gates] [...] todos esses edifícios, todas essas salas de aula físicas — por que manter isso com toda a tecnologia que temos?’, ele perguntou, aparentemente de forma retórica. (Klein, 2020)

Na ótica do capital, a pandemia de covid-19 foi concebida como uma oportunidade. Professores, sindicatos e estudantes que há anos vinham resistindo às expropriações advindas dos sistemas e plataformas virtuais na Educação Básica e Superior finalmente teriam de se render à realidade. Governos de direita e de extrema-direita celebraram o fato de que, com “toda a tecnologia que temos”, chegara a hora de aposentar os docentes analógicos que insistem em travar o avanço do mundo digital na educação. Naomi Klein (2020) exemplificou essa tendência com uma fala do ex-CEO da Google, Eric Schmidt, que admitiu que “devemos acelerar a tendência de migrar para o aprendizado remoto, que está sendo testado hoje como nunca”.

Se a política de fato consumada permitiu a entrada das corporações de tecnologia da informação nas escolas, isso não significa, como apontado, que as resistências não tenham ocorrido. As lutas contribuíram, inclusive, para criar obstáculos à institucionalização dos pacotes tecnológicos. As greves em defesa da vida se difundiram em todo o país, especialmente no contexto em que a pandemia mostrava sua face mais letal, as organizações privadas demitiam massivamente docentes e os governos negacionistas insistiam em reabrir as escolas sem qualquer melhoria na infraestrutura e sem reduzir o tamanho das turmas. Tampouco, naquele contexto, foi assegurada vacina prioritária para a comunidade escolar.

A entrada das corporações de tecnologia de informação e comunicação foi facultada sem qualquer restrição à captação de dados dos usuários e com total descaso em relação aos algoritmos performativos que vinham sendo denunciados em diversos países. Com efeito, não há como dissociar tais iniciativas das conexões entre “big data”, negócios, algoritmos e ideologia da segurança, como é possível depreender do uso das redes virtuais nos movimentos da extrema-direita mundial.

Agravando o quadro, como ressaltado no livro, sobressaiu o boicote sistemático do governo federal a qualquer política que viabilizasse a democratização do acesso das escolas e dos estudantes à internet, uma premissa básica para as aulas síncronas, como o veto realizado por Bolsonaro que impossibilitou o uso de recursos do Fundo de Universalização das Telecomunicações (FUST) para a educação – fundo este que possuía um montante suficientemente robusto para assegurar a referida democratização. Desse modo, também os pais e responsáveis das famílias mais pauperizadas logo perceberam que as condições objetivas para a escolarização de seus filhos não estavam sendo asseguradas, reacendendo as reivindicações para o retorno presencial,

não obstante, como assinalado, sem que as condições para isso estivessem asseguradas.

Como é possível depreender a partir das pontuações até aqui desenvolvidas, os problemas abordados no presente livro são de grande escala. A mercantilização financeirizada abarca milhões de estudantes do nível Superior, e a formação da maioria dos futuros professores está seriamente comprometida, uma vez que estes são constrangidos a frequentar cursos de graduação a distância gritantemente precários oferecidos por dezenas de milhares de escolas e organizações de Ensino Superior que, nos dias de hoje, estão sob controle direto de corporações. É necessário destacar que as corporações de capital aberto são dirigidas por Conselhos de Administração constituídos por representantes diretos dos investidores, conformando um espaço real de poder em que as questões educacionais substantivas não têm lugar.

O capital forma milhões de estudantes da Educação Básica e Superior privada, centenas de milhares de professores e milhões de estudantes das escolas públicas por intermédio de sistemas de ensino e plataformas de trabalho com base no *ethos* da pedagogia do capital. Os movimentos de centralização e de monopolização não estão desconectados da luta de classes e sempre possuem dimensões ideológicas: a crença de que a formação massiva das novas gerações pelo capital é neutra, técnica e desprovida de valores é gritantemente pueril. Essas corporações podem não garantir os requisitos formativos capazes de assegurar conhecimentos científico-tecnológicos demandados por determinados setores econômicos, mas sempre carregam os valores apologéticos à ordem burguesa. Está patente que a extensão da ação do capital na educação de milhões de estudantes possui repercussão geracional. E isso é um problema para a democracia brasileira.

Ademais, como observado por Gramsci (1978), o verdadeiro partido da burguesia não necessariamente se apresenta na for-

ma convencional. Embora com metas e objetivos que podem contemplar nuances, é indubitável que as agências do capital *performam* o senso comum de grandes massas com o propósito de inculcar disposições de pensamento congruentes com o apagamento da consciência da existência objetiva da classe trabalhadora. Para isso, contam, ainda, com um robusto sistema de trincheiras e casamatas formado por APHe que, embora possuam agendas aparentemente menos mercantis (na forma pedagógica), são organicamente construtores da hegemonia burguesa. Não é secundário lembrar que muitas vezes os grupos que controlam os principais APHe são os mesmos que atuam na mercantilização direta da educação. O caso do grupo Lemann, neste prisma, é exemplar.

Apesar de que cada escola pública, e cada universidade pública, seja um espaço de lutas e de resistências, que também acontecem em instituições privadas, é muito evidente, assim mostram inúmeras pesquisas, que a educação não pode ser pensada de modo desvinculado das particularidades geoeconômicas e políticas do capitalismo. As formas específicas do capital na educação mundial não são homogêneas e padronizadas. E, tão importante quanto, a educação difundida pelo capital expressa correlações de forças interimperialistas. A expressão mais profunda dessas particularidades foi captada por Lenin e Trotsky com o conceito de desenvolvimento desigual (e combinado) do capitalismo, proposição atualizada no Brasil por Florestan Fernandes (1968) com o conceito de capitalismo dependente.

Para não deixar sombras sobre a proposição é preciso realçar que, nestes autores, a particularidade das formações econômico-sociais não se confunde com a ideia de que existem modos de produção discretos nos países. O país não é uma unidade de análise que se basta e as particularidades de cada formação econômico-social não significam que nos países capitalistas depen-

dentes coexistam modos de produção distintos. O substantivo é o capitalismo. As particularidades denotam formas específicas do modo de produção capitalista. Isso quer dizer que existem tendências gerais da educação no capitalismo de hoje que, entretanto, possuem entretens conforme os contextos históricos, a correlação de forças entre as classes sociais e as contradições entre forças produtivas e relações de produção. Em países de escassa ou fragmentada industrialização e em que inexitem cadeias produtivas que envolvam trabalho complexo generalizado, a formação de engenheiros, profissionais de tecnologia da informação, robótica, biotecnologia, energia, nanotecnologia, materiais, optoeletrônica etc. não é a mesma daqueles países em que a formação desses profissionais tem de ser suficiente massiva e complexa para atender às demandas do capital.

A despeito de profundas diferenças entre a educação dos países do núcleo hegemônico do capital e a educação dos países capitalistas dependentes, os fundamentos e as práticas da pedagogia do capital subjazem nos organismos internacionais (Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), nos sistemas de avaliação padronizados (Pisa e afins) e nos APHe. Está subjacente, por conseguinte, uma educação inscrita no escopo do capital humano, na divisão social, sexual e racial do trabalho e que pode ser sintetizada na reafirmação cotidiana da pedagogia burguesa que, conforme a síntese de Mariátegui, preconiza que a maioria do povo deve ser educada para a execução e o cumprimento de ordens heterônomas e a minoria, por recorte de classe, para a concepção e o comando.

Como os autores do presente livro propugnam, a pedagogia do capital somente se realiza em confronto com o público não mercantil. Entre as principais linhas de forças desses enfrentamentos é necessário destacar, por relevância, os intentos

de: minar as instituições e as redes de ensino públicas; converter os docentes e demais profissionais da educação de intelectuais organizadores da cultura em trabalhadores expropriados dos conhecimentos histórico-sociais, científicos, tecnológicos e culturais que cumprem tarefas docentes definidas pelas agências do capital; deslocar a definição do conteúdo da educação das escolas e universidades para aparatos do Estado sob controle de tecnocratas vindos do mundo do capital (via de regra auspiciados por fundações empresariais), e rebaixar os estudantes da condição de sujeitos aptos a exercer o governo compartilhado das instituições educacionais em meros consumidores apassivados de competências estabelecidas pelos gestores do capital. Todas essas práticas expressam a luta de classes na educação. Por isso, quando o Estado lastreia a mercantilização com o fundo público está manejando também a luta de classes.

Em síntese, esse livro interpelador possui a rara qualidade de expor as explicações advindas das investigações por meio da pedagogia política, possibilitando a ampliação do universo de leitores para além dos estudiosos do assunto. Esse cuidado com a exposição é politicamente crucial. O novo contexto de mercantilização da educação somente poderá ser revertido com a mudança da correlação de forças em prol da classe trabalhadora. As lutas contra o controle do capital sobre a educação (lutas pela desmercantilização) exigem organização, formação política e a afirmação de uma vontade política nacional e popular capaz de empolgar o conjunto das trabalhadoras e trabalhadores da educação, dos coletivos estudantis, dos movimentos sociais, dos partidos de esquerda e dos sindicatos. O presente livro é parte da pedagogia política que a realidade educacional e as mudanças na correlação de forças a favor da classe trabalhadora estão exigindo.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 2023

Referências:

- FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 3ª Edição, 1978.
- KLEIN, Naomi. Coronavírus pode construir uma distopia tecnológica. *The Intercept*, 13/05/2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/05/13/coronavirus-governador-nova-york-bilionarios-vigilancia/> Acesso em: 16/05/2023.

APRESENTAÇÃO

Entre 2019 e 2021, o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e o Front – Instituto de Estudos Contemporâneos realizaram uma pesquisa para aferir os impactos da financeirização na educação brasileira. O objetivo era compreender como uma das características centrais do capitalismo contemporâneo – a hegemonia do capital especulativo – impactava um direito básico e universal da população brasileira. Longe de discussões abstratas, e por vezes incompreensíveis, sobre os “humores do mercado” ou de lendas contemporâneas, como “a mão invisível do mercado”, pretendia-se compreender quais são as implicações reais e práticas para a população, especialmente a mais pobre, sobre a política e a economia dirigidas e a serviço de setores rentistas e parasitários da sociedade.

Logo no início da pesquisa, a pandemia do novo coronavírus desencadeou uma profunda crise sanitária e econômica, que se desdobrava em uma catástrofe que acentuava a desigualdade social e econômica. O Instituto Tricontinental definiu esse fenômeno como CoronaChoque, denunciando a incapacidade dos Estados capitalistas em lidar com a tragédia global, e as “so-

luções” apresentadas por empresas e governos para converter a crise sanitária em oportunidade de acelerar processos de precarização do trabalho, diferenciação social e de classe, e aprofundar políticas austerizadas. Portanto, a realidade sobre a qual nos debruçávamos sofreu uma profunda aceleração, marcada por fusões e expansões das empresas do ramo educacional e pela precarização dos processos de ensino e aprendizagem. Neste aspecto, o presente material é também um registro dos impactos concretos da pandemia para milhões de brasileiros, crianças e jovens, educadores e educadoras.

Reunimos aqui os produtos dessa pesquisa. No primeiro documento, apresentamos as empresas de capital aberto que negociam seus títulos de propriedade nas bolsas de valores, recuperando suas trajetórias e descrevendo seu funcionamento. São os “protagonistas” dessa pesquisa. Na sequência, apresentamos, a partir de entrevistas com educadores e pesquisadores, as consequências do CoronaChoque para educadores e estudantes e para a educação em geral, em seus diferentes níveis.

Os dois anos de pesquisa permitiram sistematizar suas principais conclusões em sete teses que se debruçam sobre os efeitos da hegemonia do capital financeiro na educação, bem como sobre os limites estruturais da educação brasileira. Por fim, apresentamos os resultados de estudos empíricos e de reflexões de fundo elaborados durante a pesquisa.

Ainda que recortado em um período histórico específico, esse estudo teve a oportunidade de captar o momento preciso em que tendências de financeirização se acentuaram e, mais do que um estudo de caso, pode ser lido como um inventário de ações, relações e disputas que permeiam a educação brasileira, além de reafirmar a necessidade de construção de um Projeto Popular e Pedagógico que reafirme e reconstrua uma educação pública, gratuita e de qualidade a serviço da emancipação hu-

mana, cujos parâmetros sejam o bem estar e o desenvolvimento social e humano, e não o mercado.

Instituto Tricontinental de Pesquisa Social
Front – Instituto de Estudos Contemporâneos.

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA NA BOLSA DE VALORES¹

Apresentação

Este texto tem por objetivo compreender como o capital financeiro se insere na educação brasileira. É um material voltado para militantes, ativistas, sindicalistas, estudantes e pessoas que não dominam o “economês”, mas querem entender um pouco mais sobre o funcionamento das instituições privadas educacionais.

Para isso, apresentamos algumas informações básicas sobre oito empresas de capital aberto que atuam no setor: Kroton Educacional S.A. (também conhecida como Cogna), Yduqs Participações S.A., Ser Educacional S.A., Ânima Holding S.A., Bahema Educação S.A., Arco Educação S.A., Afya Participações S.A., Vasta Platform Limited.

Nem todas estão entre as maiores do ramo. No Brasil, existem diferentes modalidades de instituições educacionais privadas. Dentre elas, destacam-se de longa data as instituições filantrópicas, geralmente vinculadas a entidades religiosas, assim

¹ Publicado originalmente em 15 de outubro de 2020 no *site* do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (Instituto Tricontinental...; Front Instituto..., 2020).

como as empresas limitadas e as sociedades anônimas de capital fechado e de capital aberto. Aqui, optamos por tratar apenas das empresas que têm capital aberto e que, portanto, negociam seus títulos de propriedade na bolsa de valores.

Na área da educação privada, a concessão de títulos de propriedade (ações) na bolsa de valores teve início em 2007, ano em que ocorreu a oferta pública de ações dos grupos Anhanguera, Pitágoras e Estácio de Sá. De lá para cá esse processo se ampliou, envolvendo não apenas a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), mas também a Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq), onde algumas empresas brasileiras vêm se inserindo desde 2017. Assim, há atualmente cinco empresas de serviços educacionais cotadas na Bovespa (Kroton, Yduqs, Ser, Ânima e Bahema) e três cotadas na Nasdaq (Arco, Afya e Vasta). Além delas, a Eleva Educação, de propriedade de Jorge Paulo Lemann, anunciou recentemente a pretensão de abrir capital na Bolsa de Nova York.

Por que optamos por apresentar apenas essas oito empresas dentro de um universo mais amplo de instituições privadas? Essa escolha levou em conta que as companhias de capital aberto são casos privilegiados para desvendar a dinâmica do capital em sua fase financeirizada. O fenômeno conhecido como financeirização pode ser definido como a ampliação e a autonomização relativa da esfera financeira em relação ao mundo da produção material de riquezas. Esse processo ganhou impulso crescente em escala internacional a partir da crise dos anos 1970 e se aprofundou com a implantação do modelo neoliberal nas décadas mais recentes. Do ponto de vista da dinâmica econômica, a comercialização de ações na bolsa é um dos mecanismos pelo qual a financeirização se apropria das atividades educacionais, fazendo com que essas empresas sejam regidas não apenas pela lógica do lucro, provindo da venda de produtos e serviços,

mas também pela lógica financeira e especulativa do comércio de títulos.

Hoje, a lógica financeira e especulativa que rege o comércio de títulos é marcada pela amplitude econômica global e pela volatilidade. Os investidores que aplicam seu capital nas bolsas não estão preocupados com a origem nacional das empresas ou com o tipo de produtos ou serviços que estas geram. Não estão interessados tampouco com os efeitos que essas empresas têm sobre o desenvolvimento ou o atraso do país. A única coisa que importa, independente da índole individual de cada investidor, é o grau de rentabilidade que aquele título de propriedade oferece. Essa é a lógica que rege a esfera financeira.

Por isso, o capital financeiro e especulativo pode migrar em questão de horas de um setor para outro e de um país para outro, gerando uma rápida valorização de uma empresa em um determinado momento, mas que em pouco tempo pode se deteriorar em função da ausência de barreiras e controles. Isso tem muitas implicações, afinal a especulação financeira destrói progressivamente a oferta de bens públicos e eleva o custo de vida da maioria da população ao se apropriar de serviços que anteriormente eram oferecidos gratuitamente pelo Estado. A lógica financeira também atenta contra a soberania dos povos, ao deixar o país vulnerável ao “humor” dos mercados internacionais, além de afetar a qualidade dos serviços, uma vez que estes passam a ser regidos pela necessidade de rápida rentabilidade.

No Brasil, expressões como “o nosso futuro depende da educação” ou “somente com a educação construiremos um país melhor” são bastante disseminadas. Se isso é verdade, pode-se concluir que a lógica financeirizada que rege o funcionamento das empresas apresentadas nesta cartilha é um dos grandes obstáculos a serem superados para o desenvolvimento do nosso país.

Orientações para a leitura

A seguir, elencamos os principais tipos de informações que esta cartilha oferece sobre as empresas do setor educacional privado, bem como as fontes de onde elas foram extraídas. Além disso, para que o leitor possa compreender o significado dessas informações, discorreremos sobre algumas características que definem a organização interna e a lógica das sociedades anônimas de capital aberto.

Apresentamos aqui informações muito pontuais sobre as oito empresas. Na primeira parte aparecem as cinco empresas cotadas na Bovespa e, na segunda, as três cotadas na Nasdaq. Para cada empresa são apresentadas as seguintes informações: nome da companhia; um breve histórico de sua constituição e do processo de aquisições; o nome dos principais proprietários; o nome das empresas subsidiárias, ou seja, as empresas de que a companhia principal detém a propriedade e o controle; o nome do Diretor-Presidente e a remuneração anual da Diretoria da empresa; as marcas que a empresa utiliza; os setores de atuação na área educacional; a região do país onde atua; o número de estudantes matriculados em sua rede de ensino; e, por fim, alguns indicadores econômicos básicos (patrimônio líquido, receita líquida, lucro líquido e Ebitda [sigla em inglês para “lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”]).

A maior parte dessas informações foram extraídas dos Relatórios de Referência, documentos que as empresas de capital aberto enviam anualmente à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e que contêm um conjunto muito rico de informações sobre seu funcionamento. Todos os dados numéricos mencionados referem-se ao ano de 2019, portanto eles não retratam o impacto da pandemia da covid-19 sobre a área da educação. Outras informações também foram obtidas nos *sites* dessas companhias.

Em relação à natureza das informações apresentadas, é importante uma breve caracterização. Em primeiro lugar, por terem seus títulos de propriedade comercializados na bolsa de valores, essas empresas não têm um proprietário individual específico. O mais comum é que os proprietários sejam um conjunto de pessoas ou instituições, variando o seu número e a concentração da propriedade de cada participante. Isso torna difícil personalizar a atuação das companhias e até mesmo de atribuir responsabilidade jurídica a indivíduos quando a empresa comete algum ato ilícito. Além disso, há casos em que os proprietários não são pessoas, e sim instituições, geralmente sob a identidade de um fundo de investimento. Nesses casos, é ainda mais difícil identificar quem são as pessoas que estão por trás das instituições e que detêm a propriedade e o controle da empresa.

Em segundo lugar, o que complica mais o entendimento de como essas companhias funcionam é que cada uma delas compõe um grupo empresarial mais amplo. Embora essas empresas existam como pessoa jurídica (CNPJ), do ponto de vista do seu funcionamento elas detêm a propriedade de outras empresas, formando uma rede hierarquizada de companhias controladas por um grupo de investidores. O grau de complexidade desses grupos varia conforme o caso.

Em terceiro lugar, justamente por ter um grande número de proprietários, o funcionamento desses grupos depende de um corpo de funcionários que os administram. Essa estrutura administrativa formada por executivos e técnicos, que além de funcionários podem ser também proprietários, é encabeçada por um diretor-presidente, conhecido no meio empresarial como CEO [sigla em inglês para Chief Executive Officer]. Este acaba sendo uma espécie de figura pública da companhia. Assim, buscamos identificar o diretor-presidente de cada uma das empresas de educação, bem como apresentar a remuneração re-

cebida pelos diretores como uma forma de exemplificar a disparidade dos ganhos dessas pessoas em relação ao cidadão comum brasileiro. O leitor notará que esses administradores em geral recebem alguns milhões de reais por ano pelos serviços prestados a essas empresas.

Por fim, é importante distinguir a empresa como unidade econômica em relação às marcas que esta utiliza e que são conhecidas e divulgadas para o público. É normal que as pessoas conheçam essas marcas, embora muitas vezes não saibam identificar o grupo empresarial a que pertencem. A estratégia de marcas de uso das empresas é variada. Algumas preferem pulverizar o número de marcas, utilizando uma identificação distinta para cada nicho de mercado. Outras optam por fortalecer uma marca nacional que acaba sendo utilizada em diferentes instituições do mesmo grupo.

Empresas cotadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)

1. Kroton Educacional S.A. (Cogna)

Apresentação e histórico

Embora a empresa recentemente venha utilizando a marca Cogna Educação, oficialmente seu nome permanece registrado como Kroton Educacional S.A. A Kroton é o maior grupo educacional do Brasil, de acordo com o *ranking* da Revista *Valor* publicado no ano de 2019. Ela se destaca pela abrangência nacional e pela atuação multivariada que abarca todos os níveis de Ensino (da Educação Infantil ao Ensino Superior), assim como a produção de material didático, elaboração de métodos pedagógicos e plataformas virtuais de ensino.

A Kroton iniciou suas atividades em Belo Horizonte (MG) como um curso pré-vestibular ainda nos anos 1960. Na década

seguinte, a empresa expandiu seus serviços para o Ensino Básico, por meio da rede de colégios Pitágoras, que continua sendo uma marca utilizada pelo grupo. Até os anos 1990, a empresa atuou unicamente na Educação Básica, ampliando seu alcance por meio de parcerias com grandes empresas.

Somente nos anos 2000 foi que a Kroton passou a atuar no Ensino Superior, abrindo a primeira filial da Faculdade Pitágoras em Belo Horizonte (MG). Em 2007, a empresa abriu capital na Bovespa, aumentando sua capacidade financeira e consolidando a atuação no Ensino Superior. A partir daí iniciou-se um intenso processo de fusões e aquisições de empresas menores, adquirindo o grupo Iuni Educacional (2010), Ceama (2011), Fais (2011), União (2011) e Unopar (2011). Em 2013, a Kroton se fundiu com o grupo Anhanguera Educacional. Foram nesses anos também que a empresa ampliou sua atuação na modalidade de Ensino à Distância (EaD). A ampliação de sua atuação prosseguiu ainda com a aquisição do Unirondon (2013), do Centro Educacional Leonardo Da Vinci (2018), a compra do grupo Somos Educação (2018), do Colégio Lato Sensu (2018), do Centro de Ensino Superior de Marabá (2019), do Centro de Ensino Superior de Parauapebas (2019) e do Centro de Ensino Superior de Paragominas (2019).

Com o crescimento do grupo, a Kroton iniciou um processo de reorganização de sua gestão em 2018, passando a utilizar a marca Cogna Educação como um “guarda-chuva” (*holding*) que abriga diferentes marcas voltadas para serviços específicos: Kroton, Saber, Vasta e Platos.

2. Yduqs Participações S.A.

Apresentação e histórico

A Yduqs é o segundo maior grupo educacional privado brasileiro, de acordo com o *ranking* da Revista *Valor* publicado em

2019. A empresa mudou de nome recentemente, sendo anteriormente denominada como Estácio Participações. Apesar disso, a marca Estácio continua sendo utilizada como identidade das instituições de ensino controladas por esse grupo. Hoje, a Yduqs, por meio de suas diversas empresas subsidiárias, vende serviços educacionais em diversos níveis, mas a ênfase de sua atuação é o Ensino Superior.

As origens da Yduqs remontam à Faculdade de Direito Estácio de Sá, fundada no início dos anos 1970. Em 1988 a Estácio ganhou *status* de Universidade. Até meados dos anos 1990 a atuação do grupo esteve restrita à cidade do Rio de Janeiro. A partir daí a empresa ampliou sua atuação para cidades vizinhas e, já nos anos 2000, ganhou abrangência nacional ao abrir filiais em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará. Ao mesmo tempo, a empresa ampliou também o seu escopo de atuação, abrindo novos cursos de graduação.

Em 2007, a Yduqs abriu capital na Bovespa, tornando-se a terceira empresa de educação a negociar ações na bolsa de valores no país. Com o aporte de capital propiciado pela abertura, a companhia iniciou seu processo de expansão a partir da compra de empresas menores.

Ao longo dos últimos anos, a Yduqs adquiriu as seguintes instituições de ensino: Faculdade Atual da Amazônia (2011), Sociedade Natalense de Educação e Cultura (2011), Faculdade de Excelência Educacional do Rio Grande do Norte (2011), Sociedade Nova Academia do Concurso – Cursos Preparatórios (2011), Faculdade da Academia Brasileira de Educação e Cultura (2011), Rio Neiva Participações (2011), Faculdade Seama (2012), Unisãoluis Educacional (2012), Faculdade de Tecnologia Ibratec (2012), Fargs Faculdades Riograndenses (2012), Faculdade de Tecnologia do Uniuol (2012), Faculdade de Ciências

Sociais e Tecnológicas (2013), Faculdades Integradas de Santa Catarina (2013), União dos Cursos Superiores SEB (2014), Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (2014), Centro de Assistência ao Desenvolvimento de Formação Profissional Unigel (2014), Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina (2014), Faculdade Nossa Cidade (2015), Faculdade de Castanhal (2015), Faculdades Unidas Feira de Santana (2015) e a Sociedade de Ensino Superior Toledo (2019).

Em 2016, o grupo Kroton chegou a iniciar a compra da Yduqs, mas a operação foi barrada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), órgão do Estado que tem por função impedir a formação de cartéis e monopólios nos diversos setores de atividades econômicas.

3. Ser Educacional S.A.

Apresentação e histórico

O grupo Ser Educacional aparece em quinto lugar no *ranking* da Revista *Valor* no ano de 2019, dentre as maiores empresas do setor educacional brasileiro. A Ser Educacional foi fundada em 1993 pelo empresário pernambucano José Janguê Diniz. Inicialmente voltada para cursos preparatórios para concursos públicos, já no final daquela década a empresa ampliou sua atuação para os cursinhos pré-vestibulares, com ênfase na preparação para as faculdades de Direito. Em 2003, o grupo fundou a Faculdade Maurício de Nassau e foi ampliando sua atuação pelos estados do Nordeste brasileiro. Em 2007, o grupo fundou também a Faculdade Joaquim Nabuco. Em 2010, o grupo identificado pela marca Maurício de Nassau passou a ser denominado de Ser Educacional. A oferta de ações da empresa na Bovespa foi iniciada em 2013.

A partir de 2008, a Ser Educacional iniciou o processo de aquisições de outras empresas. Adquiriu o Centro de Ensino e

Tecnologia da Bahia (2008), a Sociedade de Desenvolvimento Educacional Avançado (2008), Faculdade CDF (2008), AP Teresina (2013), Faculdade Aliança (2013), FAP Parnaíba (2013), Faculdade Anglo Líder (2014), Universidade da Amazônia (2014) e Faculdades Integradas Tapajós (2014).

A partir de 2015, o grupo chegou à região Sudeste com a aquisição da Universidade de Guarulhos (2015) e deu continuidade à sua ampliação com a compra da Faculdade Talles de Miletto (2015), Faculdade São Camilo (2016), Centro Universitário Bennett (2016) e Uninorte (2019).

4. *Ânima Holding S.A.*

Apresentação e histórico

O grupo Ânima encontra-se na sétima posição entre as maiores empresas educacionais do país, segundo o *ranking* da Revista *Valor* de 2019. A Ânima surgiu em 2003 com a aquisição do Centro Universitário UNA, em Belo Horizonte (MG). Até recentemente o grupo denominava-se Gaec Educação S.A. Em 2018, a empresa passou a ser designada por Ânima Holding S.A. Em 2006, a Ânima comprou a Unimonte, instituição sediada na cidade de Santos (SP), e em 2009 adquiriu a UniBH, consolidando sua atuação no Ensino Superior.

Foi a partir de 2013, com a abertura de capital na Bovespa, que a companhia iniciou um processo de maior crescimento. Nos últimos anos, a Ânima adquiriu as seguintes instituições: BR Educacional Fundo de Investimento em Participações (2013), Universidade São Judas Tadeu (2014), HSM (2014), Sociesc (2015), Faculdade Alis de Bom Despacho (2016), Acad Academia de Estratégia (2016), Faculdade Politécnica de Uberlândia (2016) e Faculdade Politécnica de Goiás (2016).

Em 2016, o Ânima também se associou ao instituto de gastronomia Le Cordon Bleu (2016). Dando prosseguimento às suas

aquisições, nos anos seguintes o Ânima assumiu o controle da Faculdade Jangada (2018), Centro de Ensino Superior de Catalão (2018), Faculdade de Ensino Superior de Catalão (2018), Faculdade de Tecnologia de Catalão (2018), Faculdade Divinópolis (2018), Ages Empreendimentos Educacionais (2019), Vidam Empreendimentos Educacionais (2019), Unisul (2019) e a Unicuritiba (2019).

5. Bahema Educação S.A.

Apresentação e histórico

À exceção das empresas anteriormente apresentadas, a Bahema não se encontra entre as dez mais importantes do setor educacional privado brasileiro. Além disso, diferentemente das demais, essa empresa não abarca o mercado do Ensino Superior privado. Seu leque de atuação se restringe aos níveis de Educação Infantil, Fundamental e Médio.

A história do grupo Bahema também é bastante peculiar. Ele surgiu nos anos 1960 como um empreendimento voltado para o comércio de tratores, máquinas e implementos agrícolas. Até 2008 o grupo não tinha qualquer relação com os serviços de educação. Naquele período, grande parte de seu capital estava investido no Unibanco. Com a fusão deste com o Itaú, a companhia começou a reduzir progressivamente seu capital. Somente em 2016 o grupo resolveu se voltar para a prestação de serviços educacionais.

Quando isso ocorreu, a empresa já era uma sociedade anônima de capital aberto na Bovespa. Somente em 2019 a companhia alterou seu nome de Bahema S.A. para Bahema Educação S.A.

A partir de 2016, a Bahema iniciou seu processo de expansão por meio de associações e aquisições. Passou a controlar a Escola da Vila (2017), Escola Parque (2017), Escola Balão Vermelho (2017), Escola Centro Educacional Viva (2019), Escola Fórum Cultural (2019), Colégio Apoio (2019) e Colégio BIS.

Empresas cotadas na Bolsa de Valores de Nova York (Nasdaq)

6. Arco Educação S.A.

Apresentação e histórico

A Arco Educação também não consta entre as dez maiores empresas de educação do Brasil. A história da companhia se iniciou ainda nos anos 1940, com a abertura de uma escola no Ceará pelo empresário Ari de Sá Cavalcante Neto. Em 2004, o mesmo empresário iniciou um negócio voltado para o desenvolvimento de conteúdo e tecnologia educacional chamado SAS, destinado a escolas de Ensino Médio. Essa é a origem da Arco Educação.

O processo de aquisição de companhias iniciou ainda em 2015. Adquiriu o International School (2015), Editora e Livraria Alegre Poa (2015), WPensar (2015), Geekie (2016) e SAE (2016). Com esse crescimento a companhia decidiu abrir capital na Bolsa de Valores de Nova York em 2018. A partir daí, o processo de aquisição de novas empresas se intensificou, tendo comprado o Colégio Positivo (2019), EEM Licenciamento de Programas Educacionais (2019) e Nave à Vela Editora e Comercializadora de Materiais Educacionais (2019).

7. Afya Participações S.A.

Apresentação e histórico

Outra empresa que também não se encontra entre as dez maiores empresas privadas do setor de educação no Brasil é a Afya. Este é um grupo privado especializado na formação de profissionais da área da saúde. Sua trajetória iniciou com o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos (Itpac), instituição fundada pela família Esteves em 1999 no Norte do país. Nos anos seguintes, a empresa abriu novas unidades de ensino em Minas Gerais, Tocantins e no Piauí.

Em 2016, o grupo Crescera passou a ser sócio da Afya e, em 2019, foi incorporado à empresa. Com isso, a Afya acabou agregando duas importantes empresas do ramo da educação em saúde, a NRE Educacional e a Medcel. Isso permitiu uma expansão geográfica do grupo, que hoje engloba diversos estados do Norte, Nordeste e Sudeste do país. O grupo ainda adquiriu recentemente a Fasa Faculdades Santo Agostinho (2019) e a Faculdade Ipemed de Ciências Médicas (2019). A Afya abriu capital na Nasdaq no ano de 2019.

8. Vasta Participações S.A.

Apresentação e histórico

A Vasta é uma empresa controlada pelo grupo Kroton e surgiu originalmente como uma das marcas utilizadas por este. Com a transformação do grupo em uma *holding* de educação em 2018, a marca Vasta ficou associada à oferta de serviços de Educação Básica. Com o crescimento e a complexificação da sua estrutura, o grupo Kroton decidiu ampliar a autonomia da Vasta, passando esta a controlar parte das empresas vinculadas anteriormente ao grupo Somos, que foi incorporado pela Kroton. Além disso, já em meados do ano de 2020, a Vasta passou a captar recursos no mercado financeiro, fazendo sua primeira oferta de ações na Bolsa de Valores de Nova York.

Referências

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL; FRONT INSTITUTO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. *A educação brasileira na bolsa de valores*. 15 out. 2020. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em 11 jun. 2021.

Kroton Educacional S.A. (Cogna)



Principais proprietários:
Alasca Investimentos
Ltda, BlackRock Inc

Principais subsidiárias:
Anhanguera Educacional
Participações S.A.,
Saber Serviços
Educacionais S.A.,
Editora e Distribuidora
Educacional S.A.,
Somos Sistemas,
SB Sistemas



Remuneração da Diretoria:
Cerca de R\$ 40
milhões anuais para
seus 5 membros



Diretor-Presidente:
Rodrigo Calvo
Galindo



Número de estudantes
atingidos:
Cerca de 1 milhão



Marcas:

Cogna Educação, Vasta Educação, Platos, Pitágoras, UnicUniversidade de Cuiabá, Iuni Educacional, Fama Faculdade de Macapá, Unopar, Unirondon, Aedu, Anhanguera Educacional, Fac Faculdade Comunitária Campinas, Uniabc Universidade do Grande ABC, Uni Universidade de Santo André, Unicts Faculdades, Unipli, Celv, Centro Educacional Lato Sensu, Somos Educação, Somos Science in learning, Editora Ática, Editora Scipione, Saraiva Educação, Anglo Sistema de Ensino, Ph Sistema de Ensino, Sistema Maxi de Ensino, Ética Sistema de Ensino, Geo Sistema de Ensino, Colégio Sigma, Colégio Motivo, Colégio Integrado, Colégio PH, Colégio Visão, O Líder em Mim, Plurall, Red Balloon, Stoodi, Livro Fácil



Regiões de atuação:
Todo o país



Patrimônio Líquido:

R\$ 15 bilhões e 835 milhões

Receita Líquida:

R\$ 7 bilhões e 27 milhões

Lucro Líquido:

R\$ 242 milhões

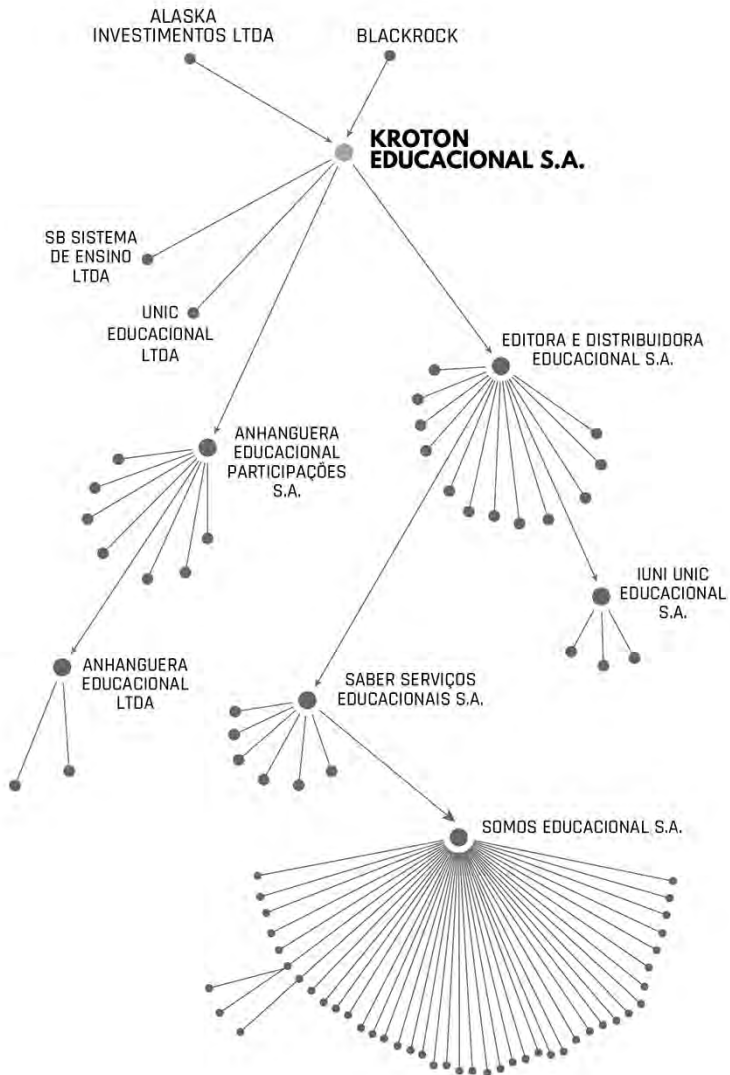
EBITDA:

R\$ 2 bilhões e 214 milhões



Setores de atuação:

Ensino Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil, cursos pré-vestibulares, cursos preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino



Yduqs Participações S.A.



Principais proprietários:
Rose Fundo de Investimento
em Participações Multiestratégia

Principais subsidiárias:
Sociedade de Ensino Superior
Estácio de Sá Ltda, Nova
Academia do Concurso - Cursos
Preparatórios Ltda, Irep sociedade
de Ensino Superior, Médio e
Fundamental Ltda, Estácio Editora
e Distribuidora Ltda, Sociedade
de Ensino Superior Estácio de
Ribeirão Preto



Remuneração da Diretoria:
Cerca de R\$ 21 milhões
381 mil anuais para os
5 membros



Diretor-Presidente:
Eduardo Parente
Menezes



Número de estudantes
atingidos:
Cerca de 890 mil

YDUQS



Marcas:

Estácio, Unitoledo, Adtalem,
Ibmec, Wyden Educacional,
SJT Educação Médica,
Damásio Educacional



Patrimônio Líquido:

R\$ 3 bilhões e 102 milhões

Receita Líquida:

R\$ 3 bilhões e 565 milhões

Lucro Líquido:

R\$ 646 milhões

EBITDA:

R\$ 1 bilhão e 260 milhões



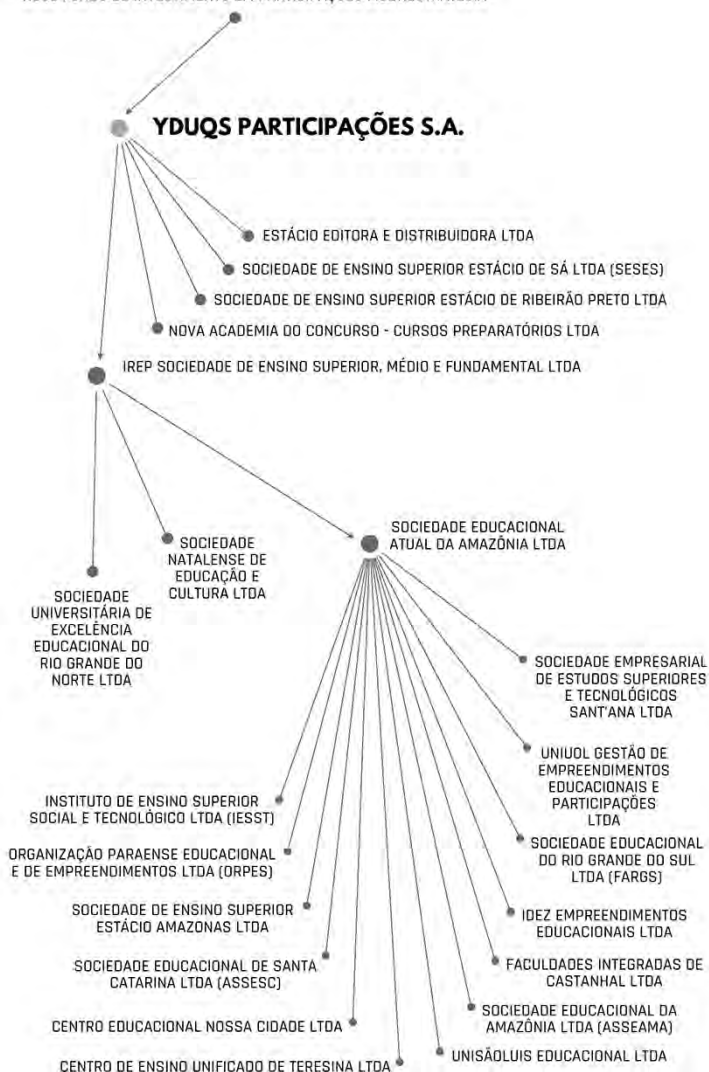
Regiões de atuação:

Todo o país



Setores de atuação:

Ensino Superior, Ensino
Médio, Ensino Fundamental,
Educação Infantil, cursos
preparatórios para
concursos, produção de
material didático





ser
educacional



Principais proprietários:
Oceana Investimentos Acvm Ltda,
José Janguiê Bezerra Diniz

Principais subsidiárias:
Cenesup Centro Nacional de
Ensino Superior Ltda, Uninassau
Participações S.A., Faculdade
Joaquim Nabuco de Olinda
Ltda, Instituto Campinense de
Ensino Superior Ltda, Sociedade
Paulista de Ensino e Pesquisa
Ltda, Unama União de Ensino
Superior do Pará



Remuneração da Diretoria:
Cerca de R\$ 6 milhões
e 472 mil anuais para
os 5 membros



Diretor-Presidente:
Jânio Janguiê
Bezerra Diniz



Número de estudantes
atingidos:
Cerca de 184.000

Ser Educacional S.A.



Marcas:

Faculdade Maurício de Nassau, Faculdade Joaquim Nabuco, Escola Técnica Maurício de Nassau, Escola Técnica Joaquim Nabuco, Colégio Maurício de Nassau, Instituto Maurício de Nassau, Universidade Joaquim Nabuco, Universidade Maurício de Nassau, Business School Maurício de Nassau, Escola Maurício de Nassau, Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau, Rádio Maurício de Nassau, TV Maurício de Nassau, Veritas IMN Instituto Maurício de Nassau, Instituto Ser Educacional, Uninassau Veritas Centro Universitário Maurício de Nassau, Centro Universitário do Recife, Unama Universidade da Amazônia, Faculdade Integrada dos Tapajós, Universidade de Guarulhos



Patrimônio Líquido:

R\$ 1 bilhão e 308 milhões

Receita Líquida:

R\$ 1 bilhão e 275 milhões

Lucro Líquido:

R\$ 136 milhões

EBITDA:

R\$ 391 milhões



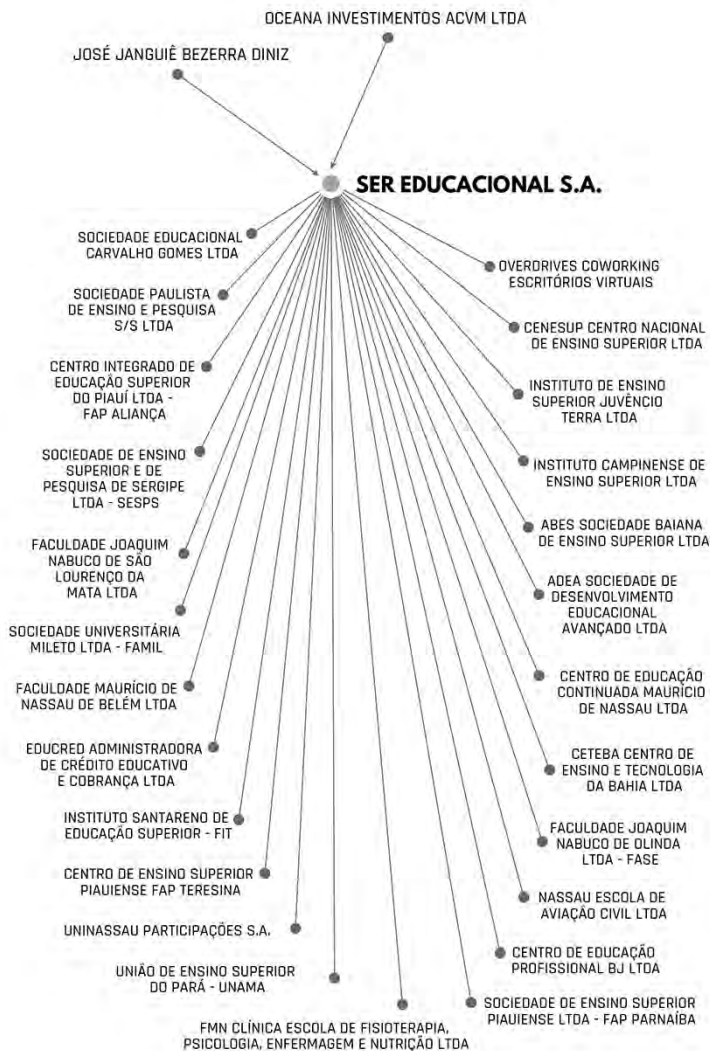
Setores de atuação:

Ensino Superior
e Ensino Técnico



Regiões de atuação:

Todo o país



Ânima Holding S.A.



Principais proprietários:

Marcelo Battistella Bueno, Átila Simões da Cunha, Leonardo Barros Haddad, Gabriel Ralston Correa Ribeiro, Ricardo Caçado Gonçalves de Souza, Ignácio Dauden Martinez, Dynamo Administração de Recursos Ltda, Rômulo Faccini Castanho, Fabrício Ghinato Mainieri, Rodrigo Rossetto Dias Ramos, Maurício Nogueira Escobar, Daniel Faccini Castanho, Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda, Dynamo Internacional Gestão de Recursos Ltda.

Principais subsidiárias:

VC Network Educação S.A., HSM do Brasil S.A., Brasil Educação S.A., Sociedade Catalana de Educação Ltda, Cesuc Educação Ltda, UNA Gestão Patrimonial S.A., PGP Posse Gestão Patrimonial S.A., Faceb Educação Ltda, Sobepe Sociedade Brasileira de Educação Cultura, Pesquisa e Extensão S.A., Instituto Politécnico de Ensino Ltda, Ieduc Instituto de Educação e Cultura, Sociesc Sociedade de Educação e Cultura S.A., PGP Educação S.A., Ages Empreendimentos Educacionais Ltda, Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda, Instituto de Educação e Cultura Unimonte



Remuneração da Diretoria:

Cerca de R\$ 9 milhões e 347 mil anuais para seus 4 membros



Diretor-Presidente:
Marcelo Battistella
Bueno



Número de estudantes atingidos:
Cerca de 140.000

ãnima

EDUCAÇÃO



Marcas:

UNA, Unibh, Universidade São Judas Tadeu, Unisociesc, Ages, Le Cordon Bleu São Paulo, HSM, EBRADI, Singularity Brasil, Unisul, Unicuritiba, Faseh e Unifg



Patrimônio Líquido:

R\$ 690 milhões

Receita Líquida:

R\$ 1 bilhão e 180 milhões

Lucro Líquido:

- R\$ 9 milhões

EBITDA:

R\$ 186 milhões



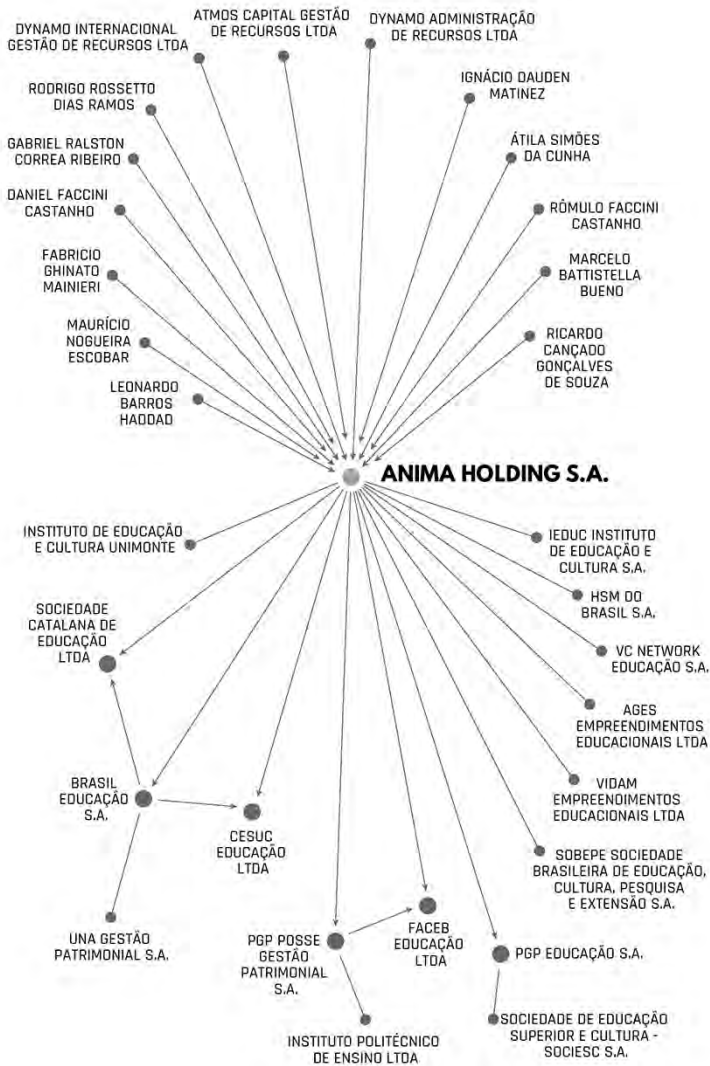
Regiões de atuação:

São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Paraná, Bahia e Sergipe



Setores de atuação:

Ensino Superior, Ensino Médio, Ensino Fundamental, Ensino Técnico





BAHEMA
EDUCAÇÃO



Principais proprietários:

Bruno Bertalucci Belliboni, Carlos Eduardo Affonso Ferreira, Potenza Fundo de Investimento em Ações, Frederico Marques Affonso Ferreira, Monica Affonso Ferreira Matton, Ana Maria Affonso Ferreira Bianchi, Guilherme Affonso Ferreira Filho, Guilherme Affonso Ferreira, Afranio Affonso Ferreira Neto, Mint Educação Master II Fia, Mint Batalha Value Fic de Fia, Mint Educação Fundo de Investimento em Ações, Ághatos Participações e Empreendimentos S.A.

Principais subsidiárias:

Bahema Educação RJ S.A., Bahema Educação MG Ltda, Fórum Cultural Participações Ltda, Sovlla Participações S.A., Escola Mais Educação Ltda, Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda.



**Remuneração da
Diretoria:**

Aprox. R\$ 3 milhões e
660 mil anuais para
seus 3 membros



Diretor-Presidente:
Gabriel Ralston
Carrêa Ribeiro



**Número de estudantes
atingidos:**
Cerca de 6 mil

Bahema Educação S.A.



Marcas:

Escola da Vila, Centro de Formação da Vila, Colégio Bis, Colégio Apoio, Escola Parque, Escola Viva, Escola Balão Vermelho, Critique



Patrimônio Líquido:
R\$ 98 milhões

Receita Líquida:
R\$ 53 milhões

Lucro Líquido:
R\$ 11 milhões

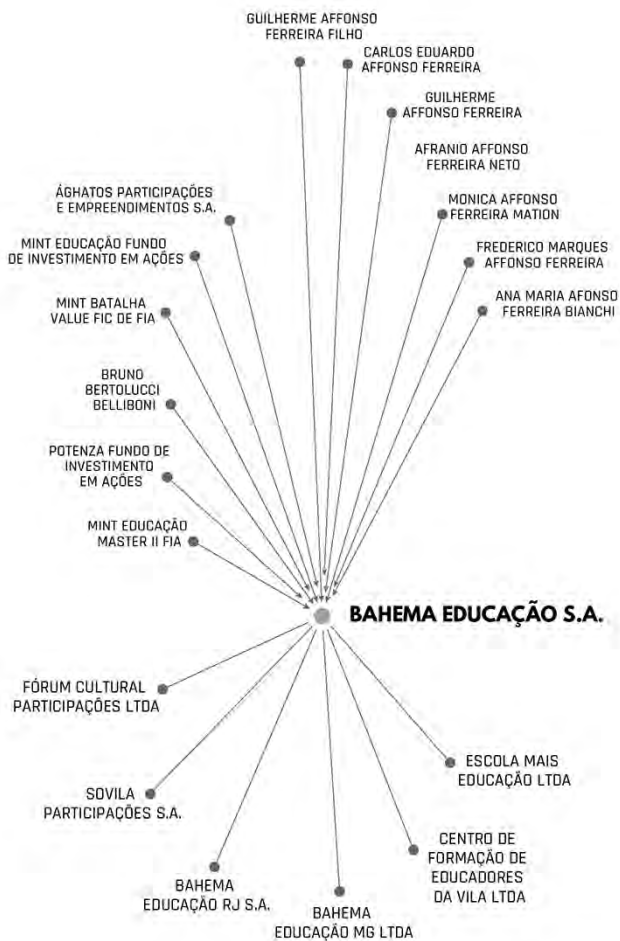
EBITDA:
Não consta



Regiões de atuação:
São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pernambuco



Setores de atuação:
Ensino Médio,
Ensino Fundamental,
Educação Infantil





Educar é criar valores



Principais proprietários:

Oto Brasil de Sá Cavalcante,
Ari de Sá Cavalcante Neto e
General Atlantic Arco

Principais subsidiárias:

Arco Brazil, EAS, Barra Américas Editora Ltda, Distribuidora de Material Didático Desterro Ltda, SAS Sistema de Ensino Ltda, Arco Ventures S.A., SAS Livrarias Ltda, SAE Digital S.A., International School Serviços de Ensino, Treinamento e Editoração, Franqueadora S.A., Nave à Vela Ltda, EEM Licenciamento de Programas Educacionais Ltda, NLP Soluções Educacionais Ltda, WPensar S.A., Geekie Desenvolvimento de Softwares S.A.



Remuneração da Diretoria:
Não consta



Diretor-Presidente:
Oto Brasil de Sá
Cavalcante



Número de estudantes
atingidos:
Cerca de 1,3
milhões

Arco Educação S.A.



Marcas:
SAS, SAE, *International School*, Positivo, Conquista
Solução Educacional



Regiões de atuação:
Todo o país



Patrimônio Líquido:
R\$ 1 bilhão e 594 milhões

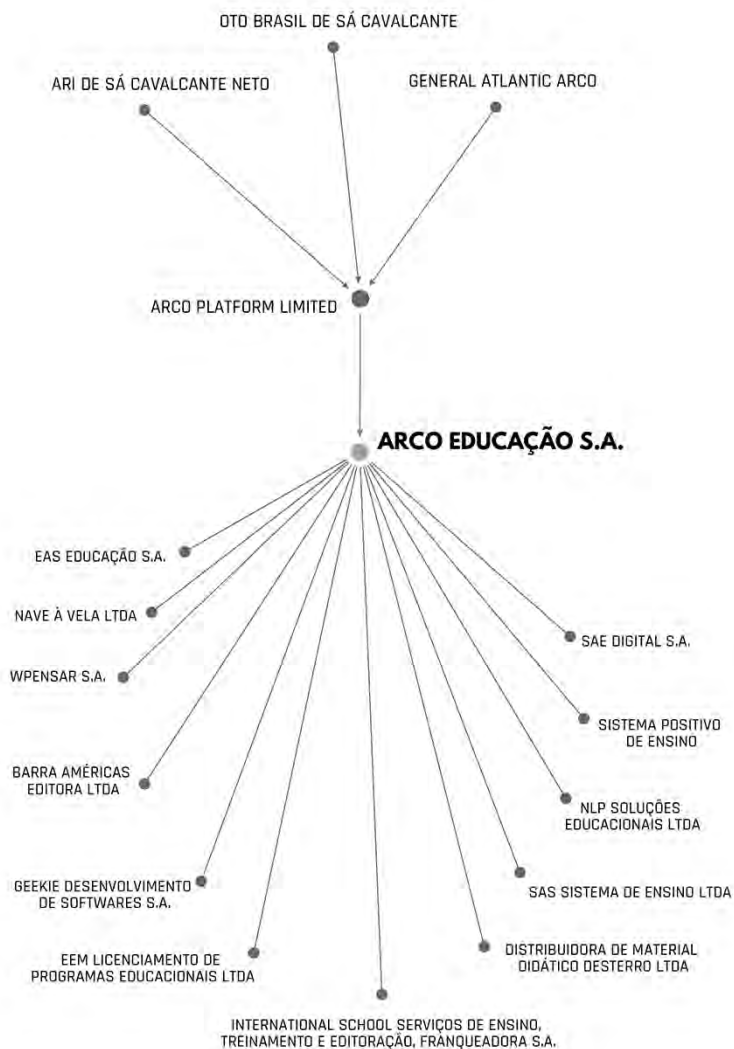
Receita Líquida:
R\$ 169 milhões

Lucro Líquido:
R\$ 9 milhões e 400 mil

EBITDA:
R\$ 209 milhões



Setores de atuação:
Ensino Médio, Ensino Técnico,
Ensino Fundamental, Educação
Infantil, produção de material
didático, métodos didáticos e
plataformas de ensino





Principais proprietários:

Bozano Educacional II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, Nicolau Carvalho Esteves, Rosângela de Oliveira Tavares Esteves, Renato Tavares Esteves, Vanessa Tavares Esteves, Lílian Tavares Esteves de Carvalho

Principais subsidiárias:

CBB Web Serviços e Transmissões On Line S.A., Centro de Ciências em Saúde de Itajubá S.A., Centro Integrado de Saúde de Teresina Ltda, Esmc Educação Superior Ltda, Fadep Faculdade Educacional de Pato Branco Ltda, Iesp Instituto de Ensino Superior do Piauí S.A., Instituto de Educação Superior do Vale do Parnaíba S.A., Instituto de Pesquisa e Ensino Médico do Estado de Minas Gerais Ltda.



Remuneração da Diretoria:

Cerca de R\$ 18 milhões anuais para seus 4 membros



Número de estudantes atingidos:

Cerca de 38 mil



Diretor-Presidente:

Virgilio Deloy Capobianco Gibbon

Afya Participações S.A.



Marcas:
Medcel, Itpac, Fapac, Iptan,
Univaço, Iesvap, Iesp, Fmit



Regiões de atuação:
Paraná, Rio de Janeiro,
São Paulo, Distrito
Federal, Minas Gerais,
Bahia, Tocantins,
Piauí, Pará, Maranhã,
Amazonas e Acre



Patrimônio Líquido:
R\$ 2 bilhões e 113 milhões

Receita Líquida:
R\$ 172 milhões

Lucro Líquido:
Não consta

EBITDA:
R\$ 293 milhões



Setores de atuação:
Cursos Preparatório, Ensino
Técnico e Superior da área
de saúde





Principais proprietários:
Kroton S.A

Principais subsidiárias:
Somos Sistemas de Ensino S.A., Colégio Anglo São Paulo Ltda, Livraria Livro Fácil Ltda, A&R Comércio e Serviços de Informática Ltda, Mind Makers Editora Educacional Ltda.



Remuneração da Diretoria:
Cerca de R\$ 12 milhões e 800 mil anuais para seus 9 membros



Diretor-Presidente:
Rodrigo Calvo Galindo



Número de estudantes atingidos:
Cerca de 1.032.000

Vasta Participações S.A.



Marcas:

Anglo Sistema de Ensino, PH Sistema de Ensino, Ética Sistema de Ensino, Maxi Sistema de Ensino, Rede de Ensino Pitágoras, Editora Atual, Editora Saraiva, Editora Scipione, Editora Ática, English Stars, Editora Livro Fácil, Lideremim, Matific, Mind Markers, Profs e Rede Cristã de Educação



Patrimônio Líquido:

Não consta

Receita Líquida:

Não consta

Lucro Líquido:

Cerca de R\$ 60 milhões e 700 mil

EBITDA:

Cerca de R\$ 105 milhões e 700 mil

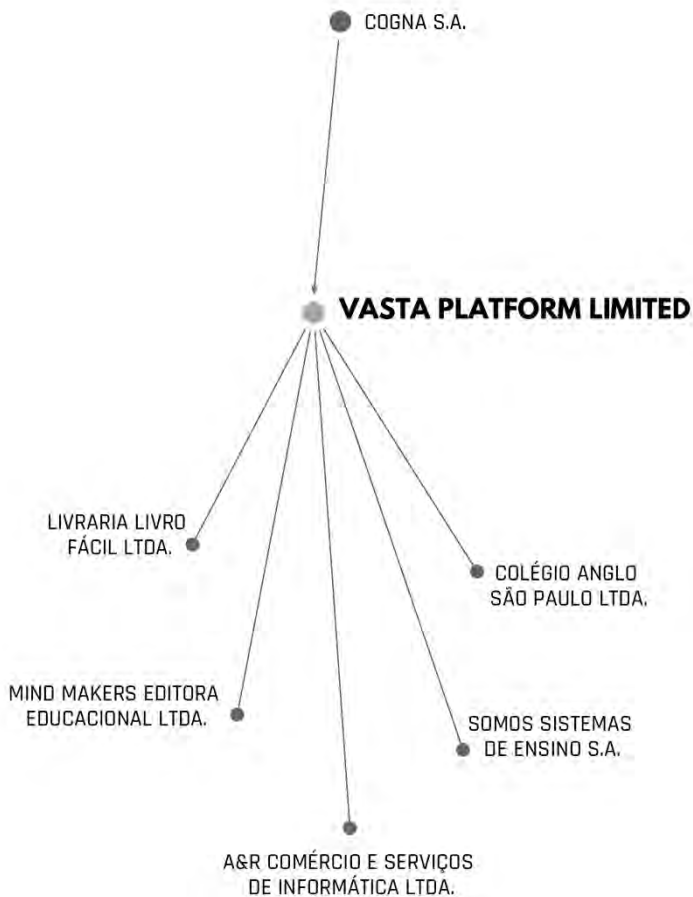


Regiões de atuação:
Todo o país



Setores de atuação:

Ensino Médio, Ensino Fundamental, Educação Infantil, cursos pré-vestibulares, cursos preparatórios para concursos, ensino de idiomas, produção de material didático, métodos didáticos e plataformas de ensino



CORONACHOQUE E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: UM ANO E MEIO DEPOIS¹

Introdução

O primeiro caso de covid-19 no Brasil foi registrado oficialmente no dia 26 de fevereiro de 2020. Desde então, a vida em nosso país se tornou mais difícil do que já costumava ser. Isso não ocorreu somente devido aos efeitos de uma doença terrível e até então desconhecida. O CoronaChoque² foi sobretudo social: trouxe mais austeridade, aprofundou a financeirização, agravou os efeitos nefastos do Estado neoliberal e precarizou as relações de trabalho, como já indicava o dossiê CoronaChoque: um vírus e o mundo (Instituto Tricontinental..., 2020a).

Uma das áreas diretamente atingidas foi a educação. Um ano e meio distantes do início da pandemia no Brasil, já era possível avaliar alguns de seus efeitos. Certamente, o aspecto imediato mais visível da pandemia foi a súbita paralisação das atividades

¹ Publicado originalmente em 2 de agosto de 2021 no site do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (Instituto Tricontinental..., 2021).

² O termo CoronaChoque refere-se à forma como a covid-19 atingiu o mundo com uma força avassaladora, revelando a incapacidade de o Estado burguês evitar uma catástrofe sanitária e social, em contraste com as experiências de inspiração socialista que se mostraram muito mais resilientes.

presenciais, com o fechamento temporário das escolas e universidades. Em decorrência disso, foram instituídas de forma emergencial atividades de ensino remoto, em geral sem a infraestrutura tecnológica adequada, sem materiais didáticos e sem uma prévia formação dos educadores. Tudo isso em um cenário de crise econômica e social em que as instituições de ensino vinham cumprindo um papel fundamental. Por isso, é necessário contextualizar a multiplicidade de efeitos que o CoronaChoque teve numa realidade como a brasileira.



Para o objetivo de realizar um balanço inicial dos efeitos do CoronaChoque sobre a educação, conversamos com três especialistas e militantes que atuam na área: Roberto Leher, professor titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);³ Margot Johanna Capela Andras, professora de Química, diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro-RS) e membra da coordenação da Federação dos Trabalha-

³ O currículo Lattes de Roberto Leher pode ser encontrado em <http://lattes.cnpq.br/6873414697016839>. Acesso em 11 jun. 2021.

dores de Estabelecimentos de Ensino (Fetees Sul);⁴ e Bia Carvalho, formada em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSC)⁵ e militante do Levante Popular da Juventude.⁶

Conversamos com eles sobre os diferentes efeitos da pandemia sobre a educação brasileira. Em especial, procuramos compreender como se deu o avanço da lógica mercantil nesta atividade e como as grandes corporações do setor se aproveitaram para tirar vantagens do contexto de crise. A partir disso, além da breve contextualização sobre o sistema de educação no Brasil, mapeamos quatro grandes eixos temáticos que foram mais recorrentes nas falas dos entrevistados, e sistematizamos o texto nos seguintes tópicos: 1) Atuação das corporações privadas; 2) Mudanças no modelo de educação; 3) Consequências para os trabalhadores do setor; 4) Desafio de um programa de luta.



⁴ Mais informações em <https://www.sinprors.org.br/> Acesso em 11 jun. 2021.

⁵ Mais informações em <http://www.feteesul.org.br/> Acesso em 11 jun. 2021.

⁶ Mais informações em <https://levante.org.br/>. Acesso em 11 jun. 2021.

O sistema de educação brasileiro

No Brasil, os níveis de ensino envolvem uma rede complexa em que convivem instituições públicas gratuitas e instituições privadas pagas. O regramento dessa rede foi consolidado pela Constituição de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A Educação Infantil abarca os cinco primeiros anos de vida da criança, tendo caráter obrigatório a partir dos quatro anos de idade. Ela se divide em creche (até os três anos) e pré-escola (quatro e cinco anos) e é de responsabilidade prioritária do poder municipal. Na sequência vem o Ensino Básico, composto por duas etapas: o Ensino Fundamental e o Médio. O Ensino Fundamental tem caráter obrigatório e universal a partir dos seis anos de idade. Ele tem um mínimo de nove anos de duração e também é de responsabilidade prioritária do poder municipal.

Em seguida vem o Ensino Médio, com três anos de duração. Recentemente, em 2013, o Ensino Médio também ganhou caráter obrigatório até pelo menos a maioria legal (18 anos). A garantia dessa etapa é de responsabilidade prioritária dos estados federados. No Brasil, junto ao Ensino Médio é possível cursar alguma modalidade de Ensino Técnico e Profissionalizante. Já o Ensino Superior é de caráter opcional e é de responsabilidade principal do governo federal.

As creches, escolas e universidades, especialmente as públicas, têm múltiplas funções para os estudantes e suas famílias: além do processo de aprendizagem, elas contribuem para o acesso a tecnologias da informação e comunicação, são espaços de sociabilidade, de desenvolvimento de atividades desportivas e culturais, previnem violências, potencializam projetos de vida e, em muitos casos, garantem uma alimentação adequada para crianças e jovens. Mais do que qualquer outra coisa, com a pandemia ficou claro que, por

mais precárias que possam ser, as instituições de ensino são fundamentais para a vida coletiva, especialmente para as camadas mais pobres da população.

Em contrapartida, também é verdade que a crise do sistema educacional brasileiro vem de longa data. Historicamente, a nossa realidade educacional é marcada por graves desigualdades que incluem problemas como as dificuldades de acesso ao ensino, abandono precoce dos estudos, subfinanciamento e precariedade material das instituições, baixa cultura letrada e analfabetismo funcional, avanço da mercantilização e presença de uma estrutura dual dividida entre a rede pública e a rede privada. Seria engano acreditar que tais problemas foram criados pela pandemia. Ao incidir sobre este cenário, o CoronaChoque contribuiu para agravar os problemas pré-existentes, bem como para acentuar a desarticulação do sistema educacional como um todo.



Atuação das corporações privadas na educação

O Brasil tem aproximadamente 211 milhões de habitantes. Destes, cerca de 8 milhões são crianças na Educação Infantil, 33 milhões são estudantes do Ensino Básico e 8 milhões do Ensino Superior. Uma das particularidades do nosso sistema educacional é a presença de empresas privadas convivendo paralelamente ao setor público. Evidentemente, para o setor privado, esses milhões de estudantes são vistos como um enorme potencial para crescer e lucrar. Para se ter uma ideia, em 2019 cerca de 19% das matrículas do Ensino Básico eram em escolas privadas (Inep, 2019b), e 76% das matrículas em faculdades e universidades eram em instituições privadas de ensino (Inep, 2019a).

Algumas das mais importantes empresas educacionais são Sociedades Anônimas com capital aberto em bolsa de valores. Um mapeamento desses grandes grupos pode ser encontrado na cartilha *A educação brasileira na bolsa de valores* (Instituto Tricontinental..., Front Instituto, 2020), com destaque para as corporações Cogna, Yduqs, Ser Educacional, Ânima e Bahema.

Por estarem vinculadas à dinâmica financeira, tais corporações reproduzem os interesses dos investidores, sejam eles pessoas ou fundos de investimentos, e submetendo a qualidade do ensino ofertado à lógica especulativa e às periódicas crises do mercado de capitais. Essas empresas atuam em diferentes níveis, controlando escolas de Ensino Básico, faculdades e universidades, escolas de idiomas, cursos preparatórios para concursos, vendendo métodos e plataformas digitais de ensino, bem como comercializando livros e materiais didáticos por meio de suas editoras.

Com o advento da pandemia, essas corporações viram uma oportunidade excepcional para cortar custos e ampliar mercados. Evidentemente, isso se deu em grande parte devido a uma política sistemática de precarização do ensino público impul-

sionada pelo governo de Jair Bolsonaro. Segundo o professor Roberto Leher, ficou muito evidente que, no contexto da pandemia, o Estado brasileiro demonstrou um enorme afastamento e uma grande incapacidade de produzir respostas objetivas para um problema que, em diversos países, foi enfrentado pelo menos de forma satisfatória. Ele cita como exemplo a ausência de uma política de universalização do acesso público e gratuito à internet.

Nós vimos que, ao contrário, infelizmente, os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), que é um fundo muito robusto, foram vetados por Bolsonaro. Isso produziu uma desigualdade que é de difícil qualificação. Mas é brutal, é inacreditável que num momento tão áspero nós tivemos seguramente mais da metade dos estudantes brasileiros – na ordem de 30 milhões de estudantes nos diversos níveis – sem efetivamente ter condições de acompanhar as interações e os ambientes virtuais de aprendizagem (Entrevista I, 2021).

Leher lembra, ainda, que além da desigualdade e precariedade no acesso a tecnologias de informação e comunicação, não houve nenhum planejamento de retorno para as atividades presenciais assim que o controle da pandemia permitisse. Isso exigiria um investimento considerável na infraestrutura das escolas, o que inclui coisas básicas como reformas para oferecer ventilação adequada nas salas de aula, bebedouros e banheiros.

Apenas para se ter uma ideia da realidade, dados do Censo Escolar de 2020 (Oliveira, 2021) mostram que cerca de 20% das escolas não tinham internet adequada, 26% não tinham coleta de esgoto e 3,2% não tinham banheiro. Além de ser um problema histórico antigo no Brasil, o baixo investimento em educação se agravou nos últimos anos com a política de austeridade fiscal implementada a partir da Emenda Constitucional do Teto de Gastos aprovada em 2016, que limita os investimentos públicos para os próximos 20 anos.

Com base neste contexto, Roberto Leher compara a resposta do Brasil com a dos Estados Unidos, que em 2020 alocou cerca de R\$ 122 bilhões para a educação pública, enquanto no Brasil o único projeto apresentado no Congresso por alguns deputados previa o valor de R\$ 40 anuais por aluno, o que obviamente não permitiria a infraestrutura adequada.

Foi nesse cenário de esvaziamento da educação pública que os grupos privados viram novas oportunidades de negócios. De fato, a pandemia acelerou um processo que já estava em curso, dando continuidade à expansão desses grupos por meio de aquisições de empresas menores.

Margot Andras relata como isso vem ocorrendo no Estado do Rio Grande do Sul, com muitos grupos do centro do país chegando nessa região e comprando empresas menores. Cita o exemplo do grupo Raiz Educação, que comprou as escolas dos grupos Unificado e Leonardo Da Vinci, e observa que o Ensino Superior também dá um retorno muito grande para essas empresas.

aqui no Rio Grande do Sul, a Laureate comprou a Uniritter, ainda antes da pandemia. Há grupos vindos do Chile, e principalmente companhias S.A. [sociedades anônimas] que ninguém sabe quem são os donos, são acionistas, e isso está entrando fortemente na educação privada (Entrevista II, 2021).

Margot Andras ressalta que, para quem tem dinheiro, a pandemia é uma oportunidade para abocanhar empresas que estão com problemas. E isso está acontecendo em todo o país. Uma das mais recentes atividades que movimentou os grandes grupos educacionais no Brasil foi a venda da rede universitária Laureate Brasil, até então controlada por uma companhia estadunidense. Depois de intensas disputas com outros grupos, a Ânima abocanhou a Laureate em fins de 2020, em uma operação que envolveu cerca de R\$ 4,4 bilhões (Ryngelblum, 2021).

As chamadas Parcerias Público-Privadas também avançaram muito nesse período. Trata-se de um mecanismo em que os governos contratam serviços de empresas particulares. Essa modalidade é muito variada. Ela envolve acordos firmados entre estados e municípios com empresas para a implantação de projetos de aprendizagem, programas didáticos e plataformas de ensino.

Outra modalidade de expansão do setor privado que se consolidou no Brasil é a compra de vagas em instituições privadas por parte do poder público. As experiências mais conhecidas são o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Esses programas, impulsionados pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), ficaram muito conhecidos por democratizar o acesso de jovens afrodescendentes, de famílias pobres e/ou oriundos de escolas públicas às faculdades e universidades privadas, mas também são muito criticados por terem repassado recursos públicos para instituições privadas. Nesse sentido, Roberto Leher recorda que, a partir desses programas, o fundo público foi utilizado para lastrear a expansão das corporações de capital aberto na esfera financeira; foi justamente nos anos em que mais recursos públicos foram investidos no Fies e no Prouni que essas empresas mais cresceram.

Agora, outras propostas desse tipo avançam também nas esferas estadual e municipal. Isso se explica, segundo Margot Andras,

porque a Educação Básica é o único setor que não teve muita queda de receita. Por quê? Pela obrigatoriedade de as crianças ficarem na escola até o final do Ensino Médio, ou, pelo menos, até completarem 18 anos de idade. Então isso é uma oportunidade para o empresariado. Eles acharam um nicho de mercado (Entrevista II, 2021).

Ela se refere aos programas de *voucher*, em que os governos municipais compram vagas em instituições privadas da Educa-

ção Infantil e do Ensino Básico em vez de abrirem novas vagas nas escolas públicas. Agora, o governo Bolsonaro pretende vincular legalmente a distribuição desses *vouchers* aos beneficiários do Bolsa Família, programa de distribuição de renda para os setores mais pobres da população brasileira (Mello, 2021).

Ou seja, com a depreciação estrutural do ensino público e com sua quase paralisação em decorrência da pandemia, os grupos educacionais privados viram novas oportunidade para abocanhar uma parcela maior do mercado, intensificando processos que destroem a concepção da educação como direito e a transformam em mercadoria.



Mudanças no modelo de educação

A ofensiva do capital sobre a educação não teve início na pandemia, mas ganhou um importante impulso com ela. Um dos fatores que favoreceram os grupos corporativos foi o can-

celamento das aulas presenciais e a instauração das atividades remotas que são completamente dependentes do uso de tecnologias digitais.

Deve-se considerar que este um ano e meio sem aulas presenciais significou um “apagão” na aprendizagem de um grande número de crianças e jovens. Um dos motivos foi a evasão escolar. Estudo da Unicef mostra que, no final de 2020, cerca de 1,5 milhões de crianças e adolescentes tinham abandonado os estudos e 3,7 milhões se encontravam formalmente matriculados, mas não tinham condições de acessar as aulas remotas (Unicef, 2021, p.44). Este cenário representa um retrocesso histórico em relação à universalização do Ensino Básico no Brasil. É difícil de calcular os efeitos disso para a aprendizagem e a sociabilidade das novas gerações.

A possibilidade de acesso às tecnologias de informação e comunicação tornou-se peça-chave para a democratização do ensino. Assim que iniciou a pandemia, os grupos corporativos, que já vinham acumulando experiência em modalidades de ensino à distância, com o desenvolvimento de plataformas virtuais, conseguiram fazer uma conversão mais rápida às atividades remotas. “O setor privado, por sua vez, logrou uma logística de aulas virtuais muito mais acentuada do que no setor público”, afirma Roberto Leher (Entrevista I, 2021). As aulas remotas foram muito mais rapidamente iniciadas no setor privado. No setor público isso foi muito mais lento e tortuoso.

Para Bia Carvalho, há também razões econômicas para este investimento pesado na educação à distância:

Para esses empresários, a educação à distância é mais lucrativa, porque permite cortar uma parte dos gastos e acessar um número muito maior de alunos. Então, do ponto de vista da educação como mercadoria, em que eles vão lá vender aulas, a Educação à Distância faz muito mais sentido (Entrevista III, 2021).

Exemplo desse movimento é o crescimento das chamadas EdTechs, empresas que investem no desenvolvimento de ferramentas tecnológicas voltadas para a educação. A mídia corporativa tenta passar a ideia de que essas empresas são criações originais de jovens empreendedores, com espírito inovador e aventureiro que fundam *startups* para desenvolver plataformas virtuais de ensino, quando na verdade as grandes corporações é que estão impulsionando esse processo.

Ou seja, as corporações do setor fazem um forte apelo ideológico para mostrar que a educação se encontra em descompasso com o desenvolvimento tecnológico, e que seu futuro depende do uso intensivo de ferramentas digitais. Esse discurso passa a ideia de que a crítica ao atual modelo de Ensino à Distância é uma postura retrógrada e conservadora.

Nas palavras de Roberto Leher,

nós não podemos nos esquecer de que eles [os empresários] estão fortemente lastreados numa ideologia, particularmente aguçada na globalização, de que é a tecnologia que move o tempo histórico. Ela nos remete à ideologia do progresso, de que o porvir das nações está relacionado às revoluções tecnológicas e que a educação estava em descompasso com esse circuito. A grande crítica que eles vinham fazendo é que a educação, sobretudo a pública, mas também a Educação Básica privada, ainda adotava um modelo escolar que tem a ver com o século XX, é analógica, que teria que ser superada. E agora encontraram uma forma de, sendo um pouco rude, enfiar o pé na porta das escolas. (Entrevista I, 2021)

E acrescenta que tudo isso está vinculado à perspectiva de que o conhecimento pode ser quantificado objetivamente, por meio de unidades discretas chamadas de competências, de caráter cognitivo e emocional. Nesse sentido, as tecnologias seriam formas de entregar essas competências para as crianças e jovens, e o professor seria basicamente um operador das tecnologias.

Se no Ensino Superior o modelo propagado é o da Educação à Distância, no Ensino Básico é o modo híbrido que está avançando, combinando aulas presenciais e interações virtuais. Um dos sinais dessa tendência é a fundação de uma nova associação empresarial no Brasil que defende a ampliação do modelo híbrido no Ensino Básico.⁷

As instituições públicas também se tornaram um potencial mercado para o consumo das plataformas digitais. Um outro problema chocante, acentua Roberto Leher, foi não ter havido um apoio do Estado para que plataformas públicas pudessem ser disponibilizadas para os sistemas de ensino, seja para prefeituras, seja para estados ou universidades, que ficaram muito fortemente reféns das corporações.

Ficou evidente que sem as plataformas privadas dessas grandes corporações não seria possível manter interações virtuais no sistema educacional brasileiro. E é importante lembrar que isso não decorre de uma ausência de conhecimento tecnológico, de formas de desenvolvimento de plataformas públicas. Nós teríamos condições de aperfeiçoar plataformas existentes, que são sistemas abertos e que não estão sob o controle de corporações. (Entrevista I, 2021)

No mesmo sentido, Margot Andras questiona:

o governo do Uruguai não distribuiu *tablets*? Então, aqui deveriam distribuir pelo menos celulares na escola pública para quem não tem acesso. Para que se possa usar essa ferramenta dentro do processo educacional. (Entrevista II, 2021)

Além de não formular nenhuma política pública positiva nesse sentido, o governo de Jair Bolsonaro perseguiu ideologicamente professores, estudantes e servidores públicos nas instituições de ensino. Em contrapartida, ele impulsionou um pro-

⁷ Fazemos referência à Associação Nacional de Educação Básica Híbrida (ANEB-HI). Mais informações encontram-se em <https://anebhi.org.br/> Acesso em 11 jun. 2021.

grama para colocar escolas públicas sob a gestão dos militares (as chamadas escolas cívico-militares) e trabalha para aprovar uma lei que regulamenta o Ensino Domiciliar (*homeschooling*) no Congresso.

Essa combinação de fatores resultou em um cenário verdadeiramente desastroso. Para além das dificuldades materiais e tecnológicas que produziram uma enorme evasão de alunos, o cenário da pandemia teve impactos pedagógicos e didáticos de grandes proporções.

Roberto Leher avalia que é comum ao setor público e privado uma enorme dificuldade de pensar de uma forma mais ativa e menos formatada a ideia de interação virtual.

Nós acabamos nos adaptando a uma lógica de transpor aulas presenciais para aulas virtuais. E evidentemente isso não era uma transposição que pudesse ser feita de maneira simples. Foram muito poucas as escolas e universidades que tentaram interações mais livres, no sentido de cátedras livres nas grandes universidades, discussões de grandes problemas, grandes temas, estudos de aprofundamento, grupos de estudo etc. (Entrevista I, 2021)

No mesmo sentido, Bia Carvalho afirma que o Ensino à Distância carrega uma concepção tecnicista que tem interesse em converter escolas e universidades unicamente em espaços de formação para o mercado de trabalho. Essa perspectiva vai ganhando força porque uma formação mais ampla, de formação de valores, de conhecimento e de troca de experiências é muito mais difícil de ser colocada em prática à distância. Assim, continua Bia, a educação se reduz à aula,

o que é muito ruim, pois a vivência dentro da escola ou da universidade propicia experiências que o Ensino à Distância não permite. Diminui muito a interação com os professores, além de toda a perda da vivência fora da sala de aula, que é imensurável. (Entrevista III, 2021)

Como vemos, ocorre que o ensino por plataformas digitais, que se tornou uma necessidade emergencial no contexto de pan-

demia, é apresentado pelo setor empresarial como uma quimera, como se representasse uma nova etapa no desenvolvimento positivo da educação. O CoronaChoque funcionou como uma espécie de catalisador de mudanças que já estavam em curso no sentido de um tipo de educação massificada e estandardizada, em conformidade com as necessidades e os valores do capitalismo dependente brasileiro.

Apesar disso, é curioso observar que ao longo da pandemia as corporações educacionais pressionaram sistematicamente o governo brasileiro pelo retorno das aulas presenciais, ignorando os riscos à saúde de estudantes e profissionais da educação. Isso foi feito em grande medida pelas associações empresariais do setor em conformidade com os interesses políticos do governo Bolsonaro.⁸

De acordo com Margot Andras, esse comportamento aparentemente contraditório do empresariado se explica porque, embora o Ensino à Distância seja apresentado como a grande salvação, as atividades presenciais continuam sendo a única garantia de ganhos em um contexto de crise e empobrecimento da população.

Acontece que muitas escolas deram descontos de mensalidade para a família enquanto houvesse o ensino não-presencial. Aí é a questão do dinheiro. O interesse do empresariado é esse: 'Eu preciso abrir a escola, porque esses alunos voltando eu vou poder cobrar o que eu cobrava antes'. (Entrevista II, 2021)

A esse argumento, Bia Carvalho acrescenta que, mesmo com toda a propaganda, o Ensino à Distância não foi capaz de tomar completamente o lugar e as funções que o ensino presencial desempenha.

⁸ Dentre elas destaca-se a pressão exercida pela Associação Nacional das Universidades Particulares, Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior e Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino. Mais informações encontram-se em <https://anup.org.br/>; <https://abmes.org.br/>/<https://confenen.org.br/>. Acesso em 11 jun. 2021.

Os empresários não conseguiram emplacar ainda o Ensino à Distância como solução. Não existe convencimento da sociedade em relação a isso. Eles devem ter percebido que uma parte significativa dos estudantes estavam incomodados com o ensino remoto. Talvez tenha havido uma evasão por causa disso e que não ocorreria voltando às aulas presenciais. (Entrevista III, 2021)

O resultado dessas pressões contraditórias foi um movimento de idas e vindas no retorno às atividades presenciais desde o segundo semestre de 2020. Isso foi feito de maneira descentralizada e desordenada no território nacional, ao sabor da opinião dos governantes locais, e sem os devidos cuidados e medidas sanitárias preventivas.



Consequências para os trabalhadores em educação

O CoronaChoque também teve efeitos importantes sobre o mundo do trabalho. Como ocorreu em outras atividades, o exercício da docência passou a ser realizado em sua maioria a

partir da casa dos trabalhadores, no formato *home office*. Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), cerca de 10% da força de trabalho brasileira ocupada desempenhava atividades em *home office* em julho de 2020 (Dieese, 2020). Porém, quando observamos os dados relativos aos educadores, a situação é bem diferente. Dados do PNAD Covid-19 (IBGE, 2020) mostram que mais de 96% dos professores trabalharam em *home office* entre maio e novembro de 2020 (IBGE, 2020).

Margot Andras relata que a maior parte dos educadores que procura o sindicato reclama do aumento de carga de trabalho e do cansaço.

Está todo mundo esgotado, todo mundo esgotado. Porque a gente não tem mais o nosso ambiente de trabalho delimitado. Temos a sensação de que estamos sempre trabalhando. Acho que isso está acontecendo com todo mundo. A gente está preso no trabalho. (Entrevista II, 2021)

Ela acrescenta ainda que há um esgotamento físico e emocional generalizado entre os colegas e que, em virtude disso, quem tem alguma alternativa está procurando outro tipo de trabalho ou mudando de profissão. Mas não se trata só de um efeito psicológico. Na verdade, isso é parte de uma mudança qualitativa na forma de trabalho, porque o tempo e o espaço do trabalho se modificaram e os trabalhadores da área da educação sentiram isso fortemente.

Margot afirma ainda que há um estresse generalizado:

o acúmulo de trabalho aumentou muito, porque com o trabalho remoto os professores tiveram que disponibilizar mais tempo, entrar em grupos de Whatsapp para responder aos alunos. E isso está acontecendo fora do horário de trabalho. Agora, com o retorno das aulas presenciais, há professores trabalhando em dobro, porque além das aulas presenciais eles estão tendo que acompanhar os alunos em aula remota. E a gente não consegue fazer com que as escolas, os patrões, entendam que isso continua sendo trabalho. (Entrevista II)

Ou seja, o trabalho do educador deixou de estar localizado num lugar – a escola – e deixou de ter uma temporalidade delimitada – a aula. Com isso, o trabalho tornou-se difuso e quase permanente, em consonância com o capitalismo de plataforma que avança sobre diferentes atividades sociais, dentre elas a educação. Ou seja, a pandemia representou a intensificação da exploração da força de trabalho, roubando parte do tempo de vida dos educadores. Esse tempo não contabilizado na jornada diária – e, portanto, não pago – garante um lucro extraordinário para os empresários do setor. E essa mudança parece que veio para ficar, pois mesmo com o retorno das aulas presenciais, as plataformas de ensino e o teletrabalho continuarão presentes no cotidiano dos professores.

Evidentemente, isso só é possível porque os trabalhadores temem o desemprego. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de desocupação cresceu acentuadamente do início de 2020 até o momento atual, batendo novos recordes na série histórica (IBGE, 2012-2021). Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de março a setembro de 2020, cerca de 36 mil vagas de professores foram fechadas no país (Mazza; Amorozo; Buono, 2020). Contribuiu também para isso a reforma trabalhista aprovada pelo Congresso brasileiro em 2017, durante o governo Michel Temer (MDB), que retirou direitos e flexibilizou as relações de trabalho.

Em consequência disso, hoje muitos professores trabalham por meio de contratos temporários ou contratos de prestação de serviços que não caracterizam um vínculo de emprego formal entre o trabalhador e a empresa contratante. Nesse contexto, o trabalho geralmente é mais intenso, a remuneração é menor e não há qualquer garantia de direitos trabalhistas ou de manutenção do emprego.

Há um desespero muito grande dos professores pela manutenção dos postos de trabalho e dos que tiveram sua renda muito reduzida, relata Margot Andras.

Os professores de aulas especializadas nas escolas, aquele cara que dava no contraturno aula de futebol, por exemplo. Ele não tem mais escolinha de futebol. O que as escolas estão fazendo? Reduzindo a carga horária dele. A mesma coisa para o professor que dava música no contraturno. Os empresários dizem: 'Você não vive com isso? Sinto muito! Não tem aluno fazendo escola de música'. Claro, como tem um *delay* na internet, isso dificulta o ensino de música por meio remoto. Então, eles reduzem a carga horária. E, no Ensino Superior, que tem autorização para reduzir a carga horária com o fechamento de turmas, a grande maioria das instituições estão juntando turmas. (Entrevista II, 2021)

No contexto da pandemia, se tornaram comuns notícias de que grupos educacionais estavam reduzindo seu quadro de professores. Em alguns casos, como relata o professor Rodrigo Mota Amarante, com 24 anos de carreira no magistério, a demissão chegou inesperadamente como uma mensagem *pop-up* na tela do computador (Oliveira, 2020).

É nesse ponto que fica mais claro como as grandes corporações se utilizam da tecnologia para intensificar a exploração do trabalho. As modalidades de Ensino à Distância obrigam os professores a gravarem suas aulas e as disponibilizarem nas plataformas de ensino. Bia Carvalho relata como isso está ocorrendo:

Mesmo presencialmente, essas instituições já colocavam umas 100 pessoas em sala de aula. Agora, à distância, eles fazem uma aula com mil pessoas, do Brasil inteiro. A sala de aula se restringe basicamente a acessar um conteúdo. (Entrevista III, 2021)

Essa nova forma de exploração vem acompanhada da expropriação do conhecimento. Nesse sentido, Roberto Leher alerta que quando o conhecimento está sob o controle político-particularista de governos ou de grandes corporações,

nós temos uma perda de soberania e de autonomia didático-científica, do pluralismo pedagógico, que são princípios constitucionais que estão na raiz da liberdade de cátedra. Com isso, nós estamos institucionalizando a ausência de liberdade de cátedra. (Entrevista I, 2021)

Um exemplo drástico desse tipo de expropriação foi denunciado em abril de 2020, pouco tempo depois do início da pandemia no Brasil. Professores vinculados ao grupo Laureate Brasil, companhia que controla mais de 11 instituições de ensino no país, denunciaram que a empresa tinha começado a operar um sistema automático de correção de provas. Tratava-se de um sistema de inteligência artificial (*machine learning*) capaz de reconhecer padrões de texto escrito e que estava sendo aplicado para corrigir provas dissertativas (Domenici, 2020). Tudo isso sem o conhecimento dos estudantes.

Um outro tipo de restrição da liberdade de cátedra tem motivações políticas. Nos últimos anos, a direita brasileira vem perseguindo professores que desenvolvem um ensino crítico por meio de movimentos conservadores como o “Escola Sem Partido”, ou mesmo com o uso direto do aparato repressivo policial e judiciário.

No Brasil atual, há uma convergência nefasta entre o tipo de ensino que se tornou predominante, especialmente nas instituições privadas, a precarização do trabalho dos educadores e o perfil de profissional que está sendo formado por essas instituições. Na verdade, cada vez mais a função do sistema educacional brasileiro é a formação da força de trabalho barata e precária para um país em condição de subdesenvolvimento e dependência. Ou seja, num país que se destaca por ser uma plataforma exportadora de *commodities* em patente processo de desindustrialização, e onde a força de trabalho se tornou uma mercadoria barata, com baixa qualificação e destituída de direitos sociais e trabalhistas, faz todo o sentido uma educação deste tipo.



O que fazer

A classe trabalhadora, as organizações da esquerda e as forças progressistas sofreram profundas derrotas nos últimos anos e não conseguiram sair da defensiva. No entanto, a luta contra o governo Bolsonaro e suas medidas impopulares recolocaram em pauta a necessidade de se construir um projeto alternativo para a educação brasileira. Pensando nisso, perguntamos a nossos entrevistados quais seriam os principais pontos de um programa voltado para a transformação da educação.

Eles destacaram três questões-chave a serem enfrentadas. A primeira diz respeito à disputa mais ampla de projeto educacional. A pandemia abriu essa disputa sobre para que serve mesmo a educação, e nesse tema nós estamos perdendo, afirma Bia Carvalho.

A situação está tão grave que a perspectiva do que as pessoas podem alcançar na vida a partir da educação foi diminuindo. Isso não é algo que vem apenas da educação, vem também da crise econômica

que força as famílias a definirem prioridade de gastos, de dedicação de tempo etc. Acho que a pandemia traz um impacto também no acesso ao Ensino Superior. A gente vai começar a ver faculdades e universidades muito mais elitizadas nos próximos anos. E do ponto de vista do movimento estudantil, a vivência da universidade, o envolvimento dos estudantes que têm um papel importante nas lutas e mobilizações sociais são coisas que a gente vai perder. Porque tem gente que entrou na universidade faz dois anos e nunca pisou lá. São processos difíceis de retomar. (Entrevista III, 2021)

Frente a isso, ela defende a importância de superar um modelo educacional voltado para a formação de força de trabalho e pensar numa formação mais ampla:

Um programa popular para a educação parte do pressuposto do que a gente entende que deve ser a educação e que papel ela deve cumprir para a sociedade. Temos que afirmar que a educação vai para além da formação para o mercado de trabalho. Entender a educação como um processo de formação crítica e política, esse é um primeiro ponto importante. (Entrevista III, 2021)

Um novo modelo educacional depende também de novas concepções pedagógicas. Segundo Margot Andras, um aspecto positivo dessa conjuntura é que as dificuldades vividas durante a pandemia ajudaram a esclarecer o que funciona e o que não funciona na educação. “Essa nova escola vai ter que ter uma aula presencial mais diversificada, mais ligada à realidade dos estudantes. Porque os professores se deram conta de que aquela aula só centrada no conteúdo não funciona. Quem ainda não tinha se dado conta disso agora viu que não tem outro jeito” (Entrevista II, 2021). Por isso, ela defende que um novo modelo educacional deve se abrir para outros aspectos da vida além dos tradicionais conteúdos da sala de aula, e exigirá um maior grau de autonomia dos estudantes.

No mesmo sentido, Roberto Leher argumenta que

cada vez mais as crianças e jovens querem estar numa escola com a vibração da vida. Não querem ter uma escola burocratizada, de

ensino padronizado, ‘McDonaldizado’, de cartilhas... Isso não é compatível com a vida de crianças e jovens hoje. (Entrevista I, 2021)

O segundo aspecto mencionado é a necessidade de recuperação dos investimentos na infraestrutura educacional. Nós não podemos naturalizar a ideia de que é possível manter um sistema público robusto, que responda às demandas sociais, aos problemas civilizatórios, tecnológicos, científicos, artísticos e culturais sem fazer o que outros países fizeram, diz Roberto Leher, ao se referir à estruturação de uma rede nacional pública. Ele defende que é preciso garantir a alocação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação.

A meta de se alocar um investimento de 10% do PIB na educação foi aprovada pelo Congresso brasileiro em 2012, e a previsão é que ela seja atingida em 2024. Porém, membros do Ministério da Educação do governo Bolsonaro já manifestaram a intenção de reduzir essa meta (Tokarnia, 2019).

A disputa de projeto educacional deve incluir a atualização e a democratização da infraestrutura tecnológica, defende Margot Andras. Afinal, é fundamental que os estudantes tenham internet nas escolas e possam utilizar para aprendizado as ferramentas de comunicação digital. Porque ficou bem claro durante a pandemia que essas ferramentas podem ajudar na educação.

Por fim, a valorização dos professores é condição indispensável para a transformação da educação brasileira. Nesse ponto, é fundamental criar regras capazes de regular as novas formas de trabalho que estão surgindo com o uso das tecnologias da informação. Margot Andras insiste que é necessário

considerar ‘trabalho’ tudo o que o professor faz, e remunerar. Essa é uma pauta desse programa. Tem que ter valorização, tem que ter todo o trabalho remunerado e tem que estabelecer o limite de utilização dessas ferramentas digitais. (Entrevista II, 2021)

Outra parte desse processo de valorização depende da formação continuada dos professores e da consolidação da carreira docente, especialmente no setor público. Na opinião de Roberto Leher, não faz sentido que um professor ou uma professora que trabalha num município A receba X, enquanto outra professora que trabalha no município B recebe um salário Y, menor que X, tendo a mesma qualificação e trabalhando o mesmo tempo. Deve ser feita uma inflexão no país sobre o que é ser professor que assegure uma dignidade laboral. E isso passa pela questão da carreira. É preciso que tenha uma carreira que valorize dedicação exclusiva, com cursos de especialização, de extensão, de mestrado, de doutorado, e que valorize o profissional que fez esses cursos como um projeto de vida.



Dessa forma, os três principais eixos de luta para a transformação da educação aqui apresentados são: a disputa por uma nova concepção pedagógica; a retomada dos investimentos em

infraestrutura; bem como a valorização e qualificação dos professores. Mas avançar nesses eixos depende do cenário mais amplo da luta de classes: sem a derrota do governo Bolsonaro, será impossível viabilizar qualquer alternativa democrática para a educação brasileira.

Referências

- DIEESE. *Ocupados em home office*. Jul. 2020. Encontrado em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2020/homeOfficeBrasilRegioes.html>. Acesso em 11 jun. 2021.
- DOMENICI, T. Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam. *Pública*, 30 abr. 2020. Disponível em <https://apublica.org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/>. Acesso em 11/06/2021.
- Entrevista I*: Entrevista do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social com Roberto Leher, em 1º de junho de 2021.
- Entrevista II*: Entrevista do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social com Margot Andras, em 28 de maio de 2021.
- Entrevista III*: Entrevista do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social com Bia Carvalho, em 3 de junho de 2021.
- IBGE. *Taxa de desocupação, jan-fev-mar 2012 – jan-fev-mar 2021*. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em 11 jun. 2021.
- IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Covid-19*. Mai.-nov. 2020. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnad-covid19.html?=&t=microdados>
- INEP. *Censo da Educação Superior*. 2020a. Disponível em https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em 11 jun. 2021.
- INEP. *Censo da Educação Básica 2019*. 2020b. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%Adsticas++Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%A1sica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em 11 jun. 2021.

- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Corona-Choque: um vírus e o mundo*, n. 28, mai. 2020. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-28-coronavirus/>. Acesso em 10 jun. 2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê 43: O CoronaChoque e a educação brasileira: um ano e meio depois*. 2 ago. 2021. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-43-educacao-brasileira-pandemia/>. Acesso em 02/11/2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL; FRONT INSTITUTO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. *A educação brasileira na bolsa de valores*. 2020. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em 11 jun. 2021.
- MAZZA, L.; AMOROZO, M.; BUONO, R. Pandemia do desemprego. *Piauí*, 9 nov. 2020. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/pandemia-do-desemprego/>. Acesso em 11 jun. 2021.
- MELLO, I. Novo Bolsa Família prevê substituir verba de creches públicas por voucher. *Uol*, 16 mai. 2021. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/05/16/novo-bolsa-familia-preve-substituir-verba-de-creches-publicas-por-voucher.htm>. Acesso em 11. jun. 2021.
- OLIVEIRA, E. Cresce número de escolas públicas sem banheiro e internet banda larga; 35,8 mil não têm coleta de esgoto. *GI*, 21 mar. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2021/03/21/cresce-numero-de-escolas-publicas-sem-banheiro-e-internet-banda-larga-coleta-de-esgoto-nao-chega-a-358-mil-pre-dios-escolares.ghtml>. Acesso em 11. jun. 2021.
- OLIVEIRA, E. Professor com 24 anos de carreira é avisado da demissão por uma janela pop-up: “Visto como um custo”. *GI*. 15 out. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/volta-as-aulas/noticia/2020/10/15/professor-com-24-anos-de-carreira-e-avisado-da-demissao-por-uma-janela-pop-up-visto-como-um-custo.ghtml>. Acesso em 11 jun. 2021.
- RYNGELBLUM, I. Cade aprova compra de ativos brasileiros da Laureate pela Ânima. *Seu dinheiro*, 25 abr. 2021. Disponível em www.seudinheiro.com/2021/empresas/cade-aprova-compra-de-ativos-brasileiros-da-laureate-pela-anim/. Acesso em 11 jun. 2021.
- TOKARNIA, M. MEC quer alterar meta de investimento de 10% do PIB. *Agência Brasil*, 11 jul. 2019. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2019-07/mec-quer-alterar-meta-de-investimento-de-10-do-pib>. Acesso em 11 jun. 2021.

UNICEF. *Cenário da exclusão escolar no Brasil*. 2021. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>. Acesso em 11 jun. 2021.

7 TESES SOBRE O PRESENTE E O FUTURO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA¹

Introdução

Com a pandemia, ocorreram rápidas mudanças que desafiam o nosso entendimento dos processos em curso. Especialmente na educação, todos nós estamos tentando entender o que vem se passando. Vimos o fechamento temporário e inédito de escolas e universidades, realização de atividades de ensino por meio de plataformas digitais, professores em trabalho remoto, cortes de verbas, militarização de escolas, evasão de estudantes, discussão sobre ensino domiciliar, reabertura desordenada etc. É evidente que as dimensões desse processo são múltiplas, perpassando o papel do Estado como financiador e organizador da rede pública, o papel das instituições privadas, a dinâmica do trabalho dos profissionais em educação, o lugar da tecnologia nas atividades de ensino, o fazer didático-pedagógico, bem como as expectativas da sociedade em relação à educação como caminho para melhorar suas condições de vida.

¹ Publicado originalmente em 12 de novembro de 2021 no *site* do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (Instituto Tricontinental..., 2021c).

Por meio da pesquisa CoronaChoque e Financeirização da Educação Brasileira, desenvolvida pelo Instituto Tricontinental de Pesquisa Social e pelo Front Instituto de Estudos Contemporâneos ao longo de 2021, acompanhamos o desenvolvimento da conjuntura educacional. Somando-se a esse esforço, o presente texto busca fazer um diagnóstico sobre a natureza e a profundidade das mudanças que estão ocorrendo no âmbito da educação. Ele tem caráter ensaístico e busca apresentar de forma simples e direta sete ideias-chave. Nossa proposta é trazer ideias para o debate sem qualquer pretensão de esgotar as questões envolvidas. São, na verdade, ideias muito gerais, que apontam processos estruturais de fundo que estão em andamento. Mas o fato de ressaltarmos as mudanças não significa que tudo seja novo. Ao contrário, a maior parte das constatações feitas aqui podem ser entendidas como o aprofundamento de tendências pré-existentes. O leitor notará que estes não são sete processos independentes, e sim sete momentos de uma mesma totalidade articulada. Trata-se, em sintonia com a perspectiva dialética, de um longo acúmulo de mudanças de quantidade que agora estão produzindo mudanças qualitativas no universo educacional.

Partimos de dois pressupostos básicos. O primeiro é o de que a revolução tecnológica está jogando um papel central na acelerada conversão da educação em mercadoria. Grande parte das mudanças diagnosticadas têm como plano de fundo esse processo. É perceptível que estamos frente a um novo desdobramento da forma de produção capitalista aplicada à economia de serviços. Enfatizamos a dimensão tecnológica porque nos últimos anos está ocorrendo nos países centrais uma mudança estrutural na forma de produção de mercadorias. Alguns a chamam de Indústria 4.0, que é fruto da aplicação das tecnologias da informação e comunicação a diferentes setores e atividades econômicas. Dentre os fatores que sintetizam essa nova revolu-

ção podemos citar a plataformização do setor de serviços, a disseminação do uso de inteligência artificial (*machine learning*), a internet das coisas e a flexibilização das relações de trabalho, relacionada à uberização. Nesse sentido, entende-se que o dossiê *Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes*, lançado recentemente pelo Instituto Tricontinental, está em sintonia com a perspectiva aqui apresentada e é um ponto de partida fundamental para compreendermos o papel da tecnologia na educação (Instituto Tricontinental..., 2021b).

O segundo pressuposto é o de que em países de capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, a introdução de inovações técnicas acaba aprofundando o caráter subdesenvolvido e dependente que domina a nossa formação social. Ou seja, aqui no sul global, as novas tecnologias não contribuem para o avanço da sociedade a patamares civilizacionais superiores. Ao contrário, funcionam como agravadoras das contradições pré-existentes e dos traços anticivilizatórios do sistema. Quer dizer, essas inovações não somente chegam aqui atrasadas e incompletas, como adquirem também um acentuado caráter predatório, agravando o subdesenvolvimento, a superexploração do trabalho e as mais variadas formas de dependência. Longe de ser um processo natural, as tendências da educação no Brasil obedecem à lógica dominante no nosso tipo de sociedade. Prova disso pode ser encontrada no contraste da nossa experiência nacional com a recente tentativa chinesa de limitar e controlar a atuação das grandes corporações na atividade educacional do país (Chak, 2021).

É a partir desse duplo determinante que a educação brasileira está sendo transformada no momento atual. Neste quadro, a pandemia da covid-19 funcionou como uma espécie de catalisador, criando um cenário novo e até então inimaginável, em que as condições e oportunidades de aceleração das mudanças foram excepcionais. Foi uma daquelas situações comumente ca-

racterizadas como uma “tempestade perfeita” para o avanço do capital na educação. Daí se entende por que temos essa sensação de incerteza em relação ao futuro.

Além dos pressupostos apresentados acima, daremos especial atenção a dois agentes que tiveram atuação privilegiada nesse processo. O primeiro deles é o Estado, com suas diretrizes e políticas para a área educacional, regulamentando ou desregulamentando, tomando decisões ou deixando de tomá-las. O segundo são os grupos corporativos privados, grandes beneficiados da destruição do sistema público, que se apropriam de uma parcela cada vez maior de atividades relacionadas à educação.

Vamos às nossas sete teses.

1. Desestruturação do sistema educacional

Não é de hoje que se fala em crise do sistema educacional brasileiro. No entanto, desde a Constituição de 1988 e a formulação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) não ocorria algo da magnitude que está em curso nesse momento. Nossa primeira tese é que a atuação do Estado durante o governo Bolsonaro tem o inegável sentido de desestruturação do sistema educacional. A coerência da ação do governo nesse sentido é muito evidente, não sendo possível sustentar que o problema seja apenas o descaso ou a incompetência dos agentes públicos que assumiram o comando do aparato estatal. Essa desestruturação vem ocorrendo a partir de três eixos centrais.

O primeiro eixo é a notória desqualificação dos quadros indicados para assumir postos estratégicos no setor. De partida, o fato de que em menos de três anos foram nomeados três ministros da educação é um evidente descaso com a construção de um programa de médio ou longo prazo. Ao mesmo tempo, foram nomeadas pessoas despreparadas para ocuparem cargos importantes no MEC e no Inep, especialmente militares e gestores do

setor privado, a exemplo do ex-ministro Abraham Weintraub, sem qualquer experiência na área. Algo similar ocorreu nas instituições federais de ensino, em que reitores foram nomeados autoritariamente apenas por sua lealdade ao governo.

O segundo eixo de desmonte é a drástica redução do financiamento público. Entre 2019 e 2021, o orçamento do MEC diminuiu progressivamente, e mesmo verbas que estavam previstas e liberadas não foram utilizadas em 2020. Recentemente, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação sistematizou o tamanho do corte orçamentário implementado nos últimos cinco anos, que passou de algo em torno de R\$114 bilhões em 2015 para R\$74 bilhões em 2020 (Campanha Nacional..., 2021). O quadro de desmonte é claro e não deixa margem a dúvidas. O mesmo ocorreu com o orçamento da Capes, que passou de mais de R\$13 bilhões em 2015 para R\$3,6 bilhões este ano (Zanlorenssi; Souza, 2021).

Pior: se levarmos em conta o quadro da pandemia iniciada em 2020, verificamos que quando a população mais precisava da ciência, as universidades federais, principais centros de pesquisa do país, sofreram cortes que quase inviabilizaram sua manutenção básica. Também não houve qualquer preparação da infraestrutura tecnológica e logística do sistema educacional para enfrentar o início da pandemia em 2020, assim como não houve qualquer preparação e coordenação nacional para a reabertura das escolas. Em todos os casos, a mensagem foi sempre a mesma: governadores e prefeitos, virem-se!

Ou seja, há um deliberado esforço de fragmentação do sistema educacional público, com a terceirização das atribuições da União para estados e municípios. Emblemática foi a tentativa sistemática do governo de atrasar a aprovação e a regulamentação do novo Fundeb em 2020, num momento crítico do financiamento da Educação Básica. Além disso, enquanto estudan-

tes e professores necessitavam urgentemente de infraestrutura digital, o governo sabotou o programa Educação Conectada e trabalhou para adiar ao máximo a aprovação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) no Congresso, que previa a universalização da internet de banda larga nas instituições escolares.

O terceiro eixo de desmonte é o fim da universalização do acesso ao ensino. Este processo vem ocorrendo por meio de diferentes iniciativas lideradas pelo governo federal. Sob o discurso de modernização de uma educação defasada para as necessidades do século XXI, o chamado “Novo Ensino Médio” é, na verdade, uma desregulamentação que permite que cada estado federado tenha seu próprio sistema educacional, reforçando os traços anárquicos do sistema. Assim, por detrás da pregação das vantagens da flexibilização curricular baseada no desenvolvimento de competências, o Estado aprofunda a desuniversalização do ensino ao retirar o mínimo lastro intelectual e cultural comum que o sistema escolar deveria garantir independente da região, do município, do tipo de escola e da classe social. Enquanto isso, sem qualquer proposta pedagógica a não ser a ênfase na autoridade militar, o governo federal, em associação com seus aliados nos estados, vem convertendo escolas públicas em escolas cívico-militares, que funcionam como um novo feudo de poder e cabide de empregos para militares da reserva.

No âmbito do Inep e da Capes, o processo segue o mesmo sentido. A preocupação do governo parece ser prioritariamente ideológica. Nos últimos dois anos, foram realizadas diversas tentativas de destituir o Inep de certas prerrogativas, como a de atualizar o Ideb e gerir o banco de questões do Enem. Também é notável o esforço de desmonte do Enem, produzindo desinformação, reduzindo as isenções de taxa de inscrição, deixando estudantes sem lugar no dia da prova e fazendo às pressas um

exame digital sem a preparação adequada. Algo parecido vem ocorrendo com a Capes, que, além do apagão de dados da plataforma Lattes, também teve destituído seu conselho técnico-científico (Palhares, 2021).

Por fim, o sinal de que está em curso um processo de desmonte do sistema educacional brasileiro é o completo abandono do Plano Nacional de Educação (PNE) como política de Estado. O PNE, que deveria ser o eixo estratégico, deixou de ser mencionado e de ter qualquer papel nas ações do governo. Como consequência, os relatórios de monitoramento de implementação do PNE publicados pelo Inep mostram que a perspectiva é que menos de 15% das metas sejam cumpridas até 2024 (Poder360, 2021).

Ou seja, sobram indícios de que o que está ocorrendo no Brasil hoje é uma sistemática desestruturação do sistema educacional. Este processo perpassa diversas dimensões, como a redução do financiamento público, a terceirização de atribuições da União para estados e municípios e para o setor privado e a desestruturação dos órgãos formuladores de políticas para a educação.

2. Multiplicação de mercadorias e nichos de mercado

A contrapartida da desestruturação do sistema educacional é que as grandes corporações vão ocupando os espaços abertos pela desregulamentação e desmonte do setor público. Nossa segunda tese é a de que a abertura desses espaços ao setor privado vem potencializando o surgimento de novas mercadorias e nichos de mercado. Esse movimento não se constrói no vazio, está ligado ao fortalecimento do setor privado nos últimos 20 anos. Uma etapa importante desse processo foi a consolidação de dualidade ensino presencial/EaD no nível Superior, que permitiu às empresas educacionais trabalharem com nichos distintos, ou

seja, um mercado de massas que oferece mercadorias de baixo custo (cursos EaD) e um mercado mais elitizado (cursos presenciais). A novidade é que o contexto da pandemia abriu novas possibilidades de negócios.

É verdade que as grandes corporações da educação sofreram com dificuldades e restrições durante a pandemia. Os grandes grupos de capital aberto (Cogna, Yduqs, Ânima, Ser, Bahe-ma, Cruzeiro do Sul, Vasta, Afya e Arco) foram afetados pela inadimplência, pela evasão de estudantes, pelas dificuldades financeiras e outros problemas. Mas essas restrições também permitiram que eles avançassem em certas mudanças estruturais. A principal delas parece ser a própria multiplicação de mercadorias educacionais e o surgimento de novos nichos.

Em primeiro lugar, o ensino remoto e as modalidades de ensino híbrido que cresceram nesse período aparecem como complementares ao ensino presencial, ao contrário do que ocorria anteriormente com a dicotomia ensino presencial/EaD. No entanto, longe de representar uma redução da diversidade de nichos de mercado, se passa o oposto: a hibridização não representa uma homogeneização das mercadorias e sim o aumento de suas modalidades. Surgiram novas camadas na hierarquia de produtos educacionais. Além do mercado massivo dos cursos 100% EaD, há um conjunto de modalidades híbridas, assim como surgiu um novo setor “Premium” com cursos de alto valor de mercado, mais horas de atividades presenciais e uso de tecnologias mais avançadas, especialmente na área de saúde.

Em segundo lugar, o movimento das mercadorias educacionais durante a pandemia aponta para um maior grau de integração de atividades que antes eram produtos independentes. No caso dos materiais didáticos isso é muito claro. Se nos anos 1990 os livros eram o carro chefe desse nicho, agora eles estão sendo suplantados pela venda de pacotes educacionais completos, que

incluem formação docente, oferta de conteúdos, metodologias de ensino, processos avaliativos e plataformas digitais, e todas essas partes estão integradas. Guardadas as devidas proporções e especificidades, é possível traçar um paralelo entre o que está se passando atualmente na educação e o que ocorreu no setor agrário brasileiro décadas atrás, quando foram introduzidos no campo os pacotes tecnológicos que abarcavam desde a oferta de insumos agrícolas até a venda de maquinário. No caso da educação, as mercadorias produzidas pelas empresas deixaram de ser produtos discretos (um livro, um jogo didático, um método de ensino etc.) e passaram a ser pacotes voltados para públicos específicos.

Mas, também neste caso, essa integração produtiva não leva a uma redução do número de mercadorias. Ao contrário, ela potencializa sua multiplicação, porque a educação é cada vez mais uma atividade instrumental exigida pelas distintas atividades sociais e profissionais. E como o nível de fragmentação dessas demandas aumentou, o número de mercadorias educacionais também cresceu. Soma-se a isso o fato de que o setor privado alimenta o desenvolvimento do fetichismo da mercadoria. Por consequência, percebe-se uma crescente importância da estética e da identidade das marcas, do uso do *marketing* e do apelo ao uso da tecnologia na educação para induzir novas pulsões de consumo.

Como exemplo, podemos tomar alguns mercados e serviços explorados hoje pelas maiores corporações educacionais do país. Seguem dois casos de como isso está ocorrendo. A Cogna controla duas editoras (Ática e Scipione), uma plataforma com cursos *online* para escolas associadas (Plurall), uma metodologia de ensino de idiomas (Red Balloon), um programa de desenvolvimento de “competências sócioemocionais” (Líder em mim), e diversas metodologias e marcas de ensino para escolas asso-

ciadas do nível Básico (Anglo, PH, Maxi, Ético). Outra grande corporação que tem desenvolvido marcas e produtos específicos para determinados mercados é a Ânima. Além dos mercados massivos de Ensino Superior, esta corporação investe também em marcas voltadas para nichos muito específicos, como a Ebradi, no Ensino Superior de Direito, a Le Cordon Bleu São Paulo, na área de Gastronomia e a HSM, direcionada para a educação corporativa.

Como se vê, além dos produtos, o mercado consumidor também se diversificou, incluindo indivíduos de diferentes idades (crianças, adolescentes e adultos), empresas, escolas públicas que assinam convênios com grupos corporativos e escolas privadas que compram plataformas, pacotes e metodologias de ensino etc. O emprego do termo “ecossistema” no discurso dessas empresas,² para além da naturalização sugerida, revela que sua área de atuação abarca uma ampla variedade de empresas subsidiárias, de nichos de mercado e de mercadorias.

3. Parasitismo corporativo

Como mostramos acima, a desestruturação do sistema educacional teve como contrapartida a abertura de novos nichos de mercado para a iniciativa privada, levando a uma multiplicação de mercadorias educacionais. Neste caso, como já argumentamos, o Estado cumpriu sobretudo um papel negativo, de desmonte do sistema educacional, o que potencializou a criação de novos espaços para o setor privado. Porém, esse processo tem outra faceta. Nossa terceira tese é a de que, ao contrário do que propaga o ideário neoliberal, que vê o Estado como problema,

² Como exemplo, veja como o termo ecossistema é utilizado no *site* do grupo Ânima. Disponível em <https://animaeducacao.com.br/ecossistema-anima/>. Acesso em 02/11/2021.

as grandes corporações educacionais parasitam organicamente o Estado, beneficiando-se de sua estrutura, de suas políticas e recursos. Ou seja, o setor privado não cresce apenas onde o Estado está ausente, mas também onde ele está presente. Nesse sentido, os investimentos estatais não competem com os investimentos privados, ao contrário, os sustentam. Isso demonstra que o Estado brasileiro funciona também como organizador dos interesses empresariais na educação. Nesse tipo de relação, o público e o privado se confundem, pois não se trata de um processo de privatização das instituições, no sentido jurídico e formal do termo, uma vez que as instituições permanecem sendo públicas, ainda que passem a ser colonizadas por interesses privados.

O parasitismo corporativo se dá por meio de diferentes modalidades. A forma mais conhecida e já bastante explorada pela literatura da área são as famosas Parcerias Público Privadas (PPPs), em que o Estado contrata serviços de entidades privadas para serem executados no setor público. Este processo vem ocorrendo progressivamente desde pelo menos os anos 1990 e envolve uma série de projetos e programas formulados por institutos privados (Peroni, 2013), incluindo obras de infraestrutura, implantação de laboratórios, cursos de formação de docentes, propostas de aprendizagem, métodos de gestão, métodos avaliativos, oficinas temáticas para estudantes, formulação de indicadores de desempenhos estudantil, concessão de premiações etc. Outra característica das PPPs é que elas ganharam uma enorme capilaridade no território nacional, abrangendo principalmente as redes públicas municipais e estaduais. Tradicionalmente a área mais antiga onde este tipo de operação ocorre é a Educação Infantil, em que o sistema de convênios entre prefeituras e pequenas empresas supostamente filantrópicas permite que o poder público repasse verbas para as empresas ofertarem vagas em creches.

Nos anos 2000 o sistema de PPPs avançou para um arranjo de compra de vagas no setor privado por parte do Estado. Esta segunda modalidade de parasitismo tomou corpo no Ensino Superior por meio do Prouni, quando vultosos recursos públicos foram repassados para grandes corporações a fim de garantirem vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, de baixa renda, negros e indígenas. Vale ressaltar que a face progressista desse esquema – que permitiu uma ampliação do acesso de jovens da classe trabalhadora ao Ensino Superior, e os investimentos na rede pública, especialmente por meio da multiplicação dos Institutos Federais – acobertou temporariamente o caráter parasitário da relação entre o privado e o público. Mas, na conjuntura mais recente, agora de precarização do setor público, esse parasitismo fica mais evidente. Prova disso é que, recentemente, figuras como o governador de São Paulo João Dória (PSDB) e o ministro Paulo Guedes (Pompeu, 2020) passaram a defender o sistema de *voucher* concedido pelo Estado como forma de ampliar a oferta de vagas para estudantes de baixa renda na Educação Infantil, bem como no Ensino Superior (Russi, 2021), com o ministro dizendo ser favorável à substituição do Fies pelo sistema de *voucher*.

A partir desse quadro constata-se a existência de uma contradição entre a lógica de austeridade pregada pelos ideólogos neoliberais que estão no poder e parte dos interesses corporativos. Afinal, o parasitismo das corporações torna estratégica tanto a manutenção do fundo público quanto a apropriação, que frequentemente os neoliberais lutam para fazer minguar. Observa-se um enorme interesse dos grupos privados no incremento do fundo público para a educação, como é o caso do Fundeb, pois é este fundo que financia as PPPs no âmbito do Ensino Básico. Com base nisso, entende-se por que durante a regulamentação no Novo Fundeb, em 2020, as corporações disputaram a possi-

bilidade de receberem repasses diretos desse fundo (Agência Câmara..., 2020). Mesmo que não tenham vencido essa batalha, o acesso indireto continua vigente nos níveis municipal e estadual, por meio das PPPs.

O contexto da pandemia também favoreceu o incremento de novas modalidades de PPPs em todas as esferas do ensino. Um dos ramos onde esse parasitismo mais cresceu foi na prestação de serviços de tecnologia digital, como o aluguel de plataformas e métodos para as modalidades de ensino remoto. Cada vez mais o interesse das grandes corporações passa pela captura das tecnologias da informação e comunicação que conectam as escolas públicas. Um levantamento recente realizado pelo Observatório Educação Vigiada³ mostra que as Gafam (acrônimo de Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft) controlam a maior parte dos serviços digitais em instituições públicas de Ensino Superior do Brasil. Nas redes estaduais e municipais não encontramos nenhum levantamento desse tipo, mas acreditamos que a situação não seja muito diferente. A evidência de que a rede pública de Ensino Básico tem um enorme potencial de mercado é o envolvimento direto da Fundação Lemann e do Instituto Escola Conectada no diagnóstico das condições de acesso à internet nas escolas (Fundação Lemann, 2021), por meio de uma articulação que envolve o Estado e as corporações, denominada Grupo Interinstitucional de Conectividade na Educação (Gice).

4. Radicalização das desigualdades

Em uma realidade social tão desigual como a brasileira, desde pelo menos o período varguista o acesso à educação tem sido um dos poucos caminhos para os setores mais precarizados da

³ Dados disponíveis em <https://educacaovigiada.org.br/pt/mapeamento/brasil/>. Acesso em 02/11/2021.

classe trabalhadora alcancarem condições de vida mais decentes. Isso é o que chamamos de ascensão social, que neste caso não é uma mudança de classe, mas a ascensão de indivíduos oriundos de estratos mais baixos em direção a estratos mais elevados no interior da própria classe trabalhadora. Em uma realidade social como essa, a desestruturação do sistema educacional, o aprofundamento da mercantilização e o parasitismo corporativo têm efeitos sociais trágicos. A nossa quarta tese é a de que a pandemia funcionou, também neste caso, como um catalisador que contribuiu para agravar as desigualdades pré-existentes. Diversas clivagens se acentuaram nesse período.

Em primeiro lugar, é preciso levar em conta que no Brasil as instituições escolares compõem o aparato de assistência social para os setores mais pobres. Não é novidade pra ninguém que muitas crianças e adolescentes têm acesso ao mínimo padrão alimentar graças à escola. Durante a pandemia, a fome no Brasil cresceu. Em 2020, mais da metade dos domicílios brasileiros sofreram algum grau de insegurança alimentar (Pellegrini, 2021). Nesse contexto, o fechamento das escolas, sem uma política pública adequada, contribuiu para agravar ainda mais o problema. Além da fome, especialistas em nutrição alertam para o aumento da obesidade infantil (Agência Câmara..., 2021) em virtude do consumo de produtos industrializados mais baratos do que os alimentos *in natura*.

Outra desigualdade que se intensificou foi o contraste entre escolas voltadas para a população mais pobre e aquelas dirigidas aos setores médios e à elite. Nota-se que parece ter havido uma polarização crescente entre a rede de Educação Básica pública, de acesso gratuito, e as escolas privadas de elite. No caso de São Paulo, enquanto os setores médios abandonaram as escolas particulares (Vieira, 2021) porque não tinham condições de continuar pagando as mensalidades, as escolas de elite não

tiveram problemas de inadimplência no ano de 2020, apesar de cobrarem mensalidades que chegam a ultrapassar R\$ 8.000,00 (Calais; Andrade; Aguiar, 2020).

Em um momento em que o processo educacional está mais dependente do uso das tecnologias da informação e comunicação, a desigualdade no acesso a esses recursos vai se tornando um fator fundamental de exclusão de uma enorme parcela da população. Alguns exemplos são notáveis. No Enem de 2019, os estudantes sem computador e sem acesso à internet tiveram desempenho médio inferior aos demais (Bermúdez; Pessoa, 2020). Em 2020, já no contexto da pandemia, cerca de 42% dos inscritos no Enem não tinham computador em casa, e em torno de 25% não tinham acesso à internet (Toledo, 2020). A situação é mais preocupante se levarmos em conta a conversão massiva da educação em mercadoria por meio da expansão das modalidades de ensino à distância. Dados do IBGE mostram que o acesso à educação privada está fortemente condicionado às ferramentas digitais, como televisão, celular, computador, *tablet* e internet, enquanto a educação pública permite maior acessibilidade àqueles que não dispõem desse tipo de tecnologia (Pamplona, 2021).

Às dificuldades de acesso a tecnologias somam-se outras desigualdades históricas pré-existentes. Um dos processos em curso é o aumento das barreiras que impedem que jovens dos setores mais pobres consigam alcançar o Ensino Superior. Parte do problema deve-se à intensificação da evasão escolar. Pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha aponta que em 2020 a evasão foi da ordem de 8,4%, sendo de 16% no Ensino Superior, 10% no Ensino Médio e 4% no Fundamental (Saldaña, 2021). Como se vê, a pandemia agravou o problema, já que esses índices foram bem mais elevados do que os verificados em 2019. E a realidade pode ser pior do que os dados indicam, pois com o cancelamento do censo populacional e sem ter ainda os dados consolidados

do Censo Escolar de 2021, as estatísticas para 2020 e 2021 são imprecisas.

Para aqueles que, com dificuldades, conseguem finalizar o Ensino Médio, há um segundo ponto de corte. Nesse caso, a desestruturação e desmoralização do Enem, os ataques às políticas de cotas e a redução dos recursos destinados ao Prouni e ao Fies estão revertendo o processo iniciado nas décadas anteriores que proporcionaram uma mínima condição de equidade para chegar à universidade. Dados do Censo do Ensino Superior indicam que, em 2019, 75% dos estudantes universitários estavam matriculados em instituições privadas e, desses, 90% pertenciam às classes C, D e E (Alfano, 2021). Dois anos depois, em plena pandemia, os dados do Enem de 2021 indicavam que estava em curso um novo movimento de elitização do Ensino Superior, com a redução da inscrição no Exame de estudantes oriundos de escolas públicas e bolsistas de escolas particulares (UOL, 2021).

Para aqueles que iniciaram seus estudos, o cenário de pandemia tornou muito mais difícil conquistar o diploma. Em primeiro lugar, porque a crise econômica, o aumento do custo de vida e o desemprego impediram que muitos estudantes vinculados a instituições privadas continuassem pagando as mensalidades, o que fica evidente pela redução do número de matrículas e pelo aumento da inadimplência (R7, 2020). E, finalmente, para 52% dos estudantes que acessaram o financiamento estudantil e conseguiram se formar, e agora estão desempregados ou com baixos salários, a dívida do Fies se torna um fardo impossível de carregar (G1, 2021).

5. Trabalho e educação: a convergência perversa

O quadro pintado até aqui é extremamente trágico e desanimador. No entanto, não é possível deixar de notar que exis-

tem contradições nessa realidade. Uma delas já foi apontada: enquanto as corporações beneficiam-se da retirada do Estado e da desestruturação do sistema educacional, elas também precisam que o Estado continue mantendo os fundos públicos que alimentam seu parasitismo. Ainda assim, esta não é uma contradição insolúvel e não devemos sucumbir à visão simplificada de que a situação atual é obra exclusiva dos governantes e não representam interesses orgânicos do empresariado. Afinal, há uma coerência de fundo em todo este processo. Nossa quinta tese é a de que a situação da educação brasileira é radicalmente coerente com a realidade do mundo do trabalho nos dias atuais. E a base desta coerência é o sistemático rebaixamento do padrão civilizatório da classe trabalhadora brasileira. Mas como isso ocorre e qual é o papel da educação?

É importante compreender que entre educação e trabalho há uma dupla determinação. Por um lado, a atividade educacional contribui para a formação da força de trabalho. Esta contribuição é multidimensional, tendo ao mesmo tempo caráter técnico, político e ideológico. Em caminho inverso, porém, a própria atividade educacional é diretamente afetada pelas condições do trabalho, já que os educadores estão submetidos à dinâmica e à lógica do mercado, e isso afeta invariavelmente o tipo de ensino praticado.

Podemos, então, começar pela pergunta: de que sociedade e de que tipo de trabalho estamos falando? Em primeiro lugar, o Brasil é um país que não desenvolve tecnologia própria e se satisfaz em importar matrizes tecnológicas obsoletas e inadequadas para as nossas necessidades. Em segundo lugar, é uma sociedade que desde pelo menos os anos 1980 abandonou a pretensão de tornar-se uma potência industrial moderna, e vem se desindustrializando progressivamente. Porém, longe de estarmos transitando para uma sociedade de serviços desenvolvida, estamos

recuando aceleradamente para um padrão de desenvolvimento extrativista e agroexportador, combinado a uma sociedade de serviços precários de baixo valor agregado. Por isso, há também uma coerência entre o modelo educacional e o desmonte da política de ciência e tecnologia em nosso país.⁴

Ao contrário das nações desenvolvidas, que são capazes de manter um patamar mínimo de civilidade em seu padrão de exploração, mesmo em contextos de crise, as zonas de capitalismo periférico são pressionadas a rebaixar o custo da força de trabalho como forma de recompor suas taxas de lucro. Este é o caso brasileiro, onde o desmonte do sistema educacional, a expansão privada e a radicalização das desigualdades se adequam à tendência de redução do custo da força de trabalho, garantindo com isso a manutenção das taxas de lucro do capital. É isso o que chamam de uberização na periferia do capitalismo: temos hoje um país marcado pela superexploração, precariedade e informalidade, em que o custo da força de trabalho não é pago, levando a um recuo geral do padrão civilizatório de nossa formação social.

Este caminho não foi construído naturalmente. Como bem sabemos, a atuação do Estado foi decisiva, especialmente para a redução forçada do custo da força de trabalho. A reforma trabalhista, a reforma da previdência e a Emenda Constitucional 95, que limita o Teto de Gastos, foram os principais mecanismos criados para reduzir os gastos diretos do capital com o trabalho, por meio do congelamento real dos salários, da flexibilização da jornada, da legalização do trabalho temporário e da pejotização das relações trabalhistas. A superexploração se completa com a

⁴ Sobre isto, sugere-se o vídeo da aula 6 “Soberania, ciência e saúde” do Curso Dilemas da Sociedade Brasileira, transmitido no dia 27 de outubro de 2021, com a participação de Juliane Furno, Newton Lima, Águida Almeida e Elias Jabbour. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=znbsKuSFq0Y>. Acesso em 31/10/2021.

intensificação da inflação, que se por um lado tende a elevar o valor de reprodução da força de trabalho, por outro empurra para cima a taxa de lucro do capital. Neste cenário, entende-se por que o rebaixamento forçado dos salários cumpre uma função anticivilizatória, uma vez que se rebaixam as condições materiais em que os trabalhadores vivem a um patamar inferior ao das necessidades humanas básicas.

Mas o que a educação tem a ver com isso? Há uma primeira dimensão óbvia. De que serve formar físicos espaciais e engenheiros nucleares em um país que não tem projeto espacial nem desenvolve tecnologia nuclear? Ou formar sociólogos em um país que abandonou qualquer pretensão de planejamento social? Ou seja, de que vale formar mão de obra altamente qualificada num país cuja principal atividade produtiva é composta de extrativismo, produção de *commodities* e comércio de bens de baixo valor agregado? E na medida em que quadros desse tipo são formados, a tendência é a “fuga de cérebros” para o exterior, como vem ocorrendo nos últimos anos, já que aqui não há qualquer perspectiva de realização das expectativas desses profissionais (Escobar, 2021). Nesse sentido, um mercado de trabalho precário tende a reforçar uma educação precária.

O quadro no Brasil é tão frágil que a expectativa de que a qualificação profissional por meio do estudo vai garantir algum tipo de ascensão social perde força. Ao mesmo tempo, o imperativo da sobrevivência, que impõe a necessidade de ingressar o mais cedo possível no mercado, e que vem produzindo inclusive o aumento do trabalho infantil (Unicef, 2021), faz com que o estudo se torne uma atividade concorrente ao trabalho, e não preparatório e complementar a este. Ou seja, estudar passou a ser visto como “perda de tempo”.

Mas o vínculo entre educação e trabalho também se dá de forma inversa. Afinal, a redução geral dos salários, a flexibi-

lização das relações trabalhistas e a retirada de direitos beneficiam diretamente o empresariado educacional. Os profissionais da educação hoje estão submetidos às mesmas condições de superexploração da classe trabalhadora em geral, pressionados pelo desemprego, pelo aumento da carga de trabalho em virtude da desregulamentação da jornada – potencializada pelo emprego das tecnologias digitais e pelo trabalho domiciliar – e por baixos salários. Com isso, uma educação já marcada pela precariedade tende a se reproduzir no tempo caso sobre ela não incida uma força política capaz de tirá-la da inércia. Ainda mais se considerarmos que os quadros docentes, que reproduzem os novos quadros, são formados por esta mesma estrutura. Neste quesito estamos mal: hoje, a maioria dos docentes brasileiros são formados por instituições privadas, em cursos de licenciatura EaD de baixa qualidade. Do ponto de vista das corporações educacionais, esse é um grande negócio, já que eles estão formando sua própria força de trabalho barata e precária. Portanto, seja como atividade formadora de trabalhadores, seja como produto do trabalho docente, a educação e o trabalho no Brasil vivem uma conjuntura de convergência perversa.

6. Desterritorialização, individualização e pedagogia do algoritmo

A nossa sexta tese é a de que a educação brasileira passa por um movimento geral de desterritorialização, individualização e submissão ao que podemos chamar de pedagogia do algoritmo. Esses três movimentos são complementares e vão no sentido de esvaziar o conteúdo comunitário do processo de ensino-aprendizagem e de reforçar suas tendências individualistas.

Ao longo desses quase dois anos de pandemia, o território escolar, se não deixou de existir, ficou sob suspensão. Enfra-

queceram-se as relações dos educadores entre si, dos estudantes entre si, bem como a relação professor-aluno. Ou seja, a comunidade acadêmica se enfraqueceu enquanto tal. O mesmo vale para as funções diversas que as instituições de ensino desempenham nos territórios onde estão inseridas, como a sociabilidade, a alimentação saudável e regular, a prática de atividades desportivas, o combate a informações falsas, a prevenção de doenças e de violências etc. De tal forma, no regime remoto a atividade educacional se resumiu à tentativa de ensino de determinados conteúdos, e mesmo assim de maneira muito precária.

Ao mesmo tempo, houve uma tendência de substituição do papel integrativo do território pelas tecnologias digitais. Enquanto as crianças e adolescentes permaneciam em casa, rompendo os laços de convívio propiciados pela escola e pela universidade, as plataformas digitais apresentavam-se como a única mediação viável para que as atividades de ensino-aprendizagem não fossem completamente interrompidas. Neste quadro, mesmo depois do retorno das aulas presenciais, não está claro em que medida a ruptura da territorialidade e o papel das tecnologias digitais vieram para ficar.

Uma outra dimensão desse processo é a intensificação do fetichismo da tecnologia. É curioso notar que, apesar de sermos meros operadores de sucatas tecnológicas importadas, passamos a acreditar que estamos integrados à revolução tecnológica global. Essa tendência não se impôs naturalmente. Parte dela se explica pelos interesses das grandes corporações de comunicação, as Gafam (Google, Apple, Facebook, Amazon, Microsoft), enormemente beneficiadas pelo seu papel estratégico como instrumentos de mediação social durante a pandemia. Evidentemente, as contradições subsistem, ainda mais se levarmos em conta a precariedade tecnológica brasileira, onde grande parte dos jovens não têm acesso a computador e à internet.

Mas o fetichismo da tecnologia também se explica pelo novo lugar que a tecnologia vem ocupando na prática didático-pedagógica. Nesse contexto, o experimento realizado pelo grupo Laureate no início da pandemia, de introduzir um sistema de inteligência artificial para corrigir provas dissertativas (Domenici, 2020), é apenas o caso mais emblemático e extremo da pedagogia do algoritmo. Pois, na verdade, da Educação Infantil ao Ensino Superior, o papel dos educadores está sendo progressivamente reduzido em todos os níveis. No seu lugar, a educação plataformizada dominada pelas grandes corporações impõe o uso de pacotes fechados que abarcam todas as etapas do ensino-aprendizagem, incluindo a formação de professores, as ementas das disciplinas, o método pedagógico, o material didático e o processo avaliativo, enquanto a interação humana da aprendizagem fica restrita à assessoria de um “tutor”. Isso não apenas incrementa o desemprego e a precarização do trabalho docente como também reduz drasticamente a qualidade do ensino. Trata-se de um processo de standardização da mercadoria educacional que passa a ser produzida em série e em escala.

Neste contexto, as tecnologias digitais oferecem condições privilegiadas para a imposição autoritária de uma única visão de mundo por meio dos algoritmos. Isso mostra que o suposto aumento de autonomia do estudante que as tecnologias trazem não passa de propaganda enganosa. Ao mesmo tempo que quebram o sentido comunitário, a desterritorialização e o novo papel da tecnologia contribuem para reforçar o liberalismo e o individualismo aparentemente fora de lugar da nossa formação social. Com isso, a educação deixa de ser vista como um direito humano, como um bem comum ou mesmo como condição de exercício da cidadania no âmbito do Estado-nacional, e passa a ser um investimento de caráter privado, individual ou, no máximo, de interesse familiar. Não é por acaso que as propostas

de implantação do Ensino Domiciliar (*homeschooling*) florescem nesse terreno.

É nessa realidade de uma formação social dependente e subdesenvolvida que passam a ser difundidas propostas pedagógicas alicerçadas na ideia de empreendedorismo, como se a livre-iniciativa pudesse possibilitar algum tipo de ascensão social.⁵ O mesmo sentido tem a proliferação da chamada educação financeira, controlada pelas instituições bancárias, cujo objetivo principal é legitimar a dominação do capital financeiro sobre a economia brasileira e propagar os fundamentos do liberalismo e do individualismo (Duvoisin, 2021). No Brasil, os principais disseminadores desta perspectiva didático-pedagógica são os institutos “sociais” como Lemann, Unibanco, Ayrton Senna e Movimento Todos Pela Educação. Em contrapartida, enquanto predomina um espírito de “salve-se quem puder” no espaço escolar, deixa-se de discutir os grandes problemas nacionais e de se propor projetos coletivos alternativos de sociedade.

7. Um vazio de projeto educacional

Tomando o quadro geral apresentado até aqui, fica evidente o vazio de projetos educacionais no momento atual. Mais do que isso, nossa última tese é a de que este cenário representa uma mudança histórica de longa duração, que altera o parâmetro a partir do qual vinha sendo entendido o papel social da educação no Brasil ao longo do último século. Isso pode ser verificado se analisarmos as principais diretrizes que orientam a atual política educacional. Qual é a base teórica e político-pedagógica que orienta o governo nos temas educacionais? Refletindo sobre

⁵ A exemplo da iniciativa do Sebrae em torno da Educação Empreendedora. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/educacaempreendedora>. Acesso em 02/11/2021.

o grau de coerência das ações e medidas tomadas pelo Ministério da Educação só conseguimos encontrar uma: a doutrina de guerra cultural, que combina ideias da extrema direita estadunidense, da direita militar brasileira e do olavismo.

A guerra cultural no século XXI é basicamente uma doutrina de combate difuso na esfera dos valores, ideias e concepções de mundo por meio da manipulação massiva de informações com o uso de novas tecnologias digitais. Ela tem fundamento xenófobo, racista, sexista e fascista, pois apresenta um grupo como guardião de um mundo cristão-ocidental idealizado e ameaçado pelo pretense avanço do anticristianismo, do comunismo, do ateísmo, da depravação sexual e de culturas estrangeiras alienígenas. Nessa perspectiva, as escolas e universidades são vistas como lugares privilegiados para a difusão e a infiltração dessas forças estranhas que ameaçam a tradição. Daí a desconfiança da liberdade de pensamento, da ciência, do intelectualismo e do pensamento crítico característicos do espaço educacional. É nesse caldo reacionário que propostas como Escola Sem Partido, Future-se, escolas cívicos-militares e *homeschooling* se encontram e ganham coerência.⁶

Mas ao contrário de fundamentar um projeto educacional, o lastro ideológico da guerra cultural apenas reforça as tendências destrutivas e desagregadoras apresentadas anteriormente. Com isso, entende-se por que a doutrina da guerra cultural se adequa bem ao ideário neoliberal vigente. Afinal, nem um nem outro se apresenta como construtor do que quer que seja. Ambos partem de uma realidade ideal pré-existente que precisa ser defendida de forças nefastas: o neoliberalismo, defendendo um livre-mercado idealizado contra os ataques da regulamentação estatal; e a guerra

⁶ Sobre a relação entre a doutrina de guerra cultural e propostas como esta, ver Weber; Fernandes, 2021.

cultural, defendendo os valores da família cristã-ocidental idealizada sob ataque das forças ameaçadoras do globalismo. Essas são as bases do vazio de projeto educacional em que nos encontramos.

É claro que é sempre possível argumentar que a ausência de projeto é o próprio projeto. Isso é verdade num sentido mais amplo, especialmente quando atentamos para os interesses das grandes corporações. Porém, insistimos que não há hoje qualquer coisa que se aproxime de um projeto educacional no sentido forte e positivo do termo. Pelo menos não se analisarmos em perspectiva histórica o desmonte que está em curso. Desde pelo menos o advento da educação prussiana no século XVIII, a atividade educacional tem sido pensada a partir de suas contribuições e funções específicas. Enquanto para os conservadores estas funções seriam o desenvolvimento da sociedade capitalista e a conformação ordenada do Estado-nacional; para os revolucionários, seriam criar as bases políticas, ideológicas e culturais para a superação dessa ordem e para a construção de um novo Estado. Foram essas matrizes que deram origem às reflexões sobre a contribuição da escola para a preparação e o disciplinamento para o mundo do trabalho, para o desenvolvimento econômico, para a formação política e ideológica dos cidadãos, para o avanço da ciência, para a elevação do nível cultural da sociedade etc.

No contexto brasileiro, foi somente nos anos 1930 que esse movimento tomou corpo, com os escolanovistas. Ao longo do último século, a ideia de que a educação era um pressuposto da integração econômica e política e deveria converter-se um direito de todos os cidadãos foi compartilhada por conservadores, liberais e revolucionários. A título de exemplo, recordemos que enquanto a educação popular de Paulo Freire visava construir as bases para a participação política das massas camponesas miseráveis do interior do país, a educação tecnicista da ditadura militar visava formar mão de obra qualificada para o desenvolvi-

mento industrial. E, a despeito do abismo entre essas duas perspectivas, havia algo em comum: ambas se colocavam na arena dos projetos de desenvolvimento nacional em disputa, em que a educação teria um papel crucial a cumprir.

Durante os governos de Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a atuação estatal em relação à educação também se sustentou em um projeto educacional. Tratava-se, por um lado, de elevar o nível de cultura geral da população, ampliando principalmente o acesso das massas historicamente excluídas do sistema educacional por meio do fortalecimento da rede do Ensino Básico e do Ensino Superior; e, por outro lado, buscava-se potencializar o papel da educação como indutora de um processo de desenvolvimento nacional, articulado com o desenvolvimento das diferentes regiões do país, e buscando maiores níveis de autonomia relativa do Brasil no âmbito da economia global. Em todos os casos, as instituições públicas e privadas eram vistas como complementares e não concorrentes. A partir desse projeto mais amplo de “Pátria educadora” foi formulado um conjunto de políticas específicas, como Prouni, Fies, Pronatec, criação de Institutos Federais, destinação dos *royalties* da exploração do petróleo para financiar o sistema educacional etc.

Agora, a situação é completamente diferente. A contribuição das instituições escolares para a sociedade é vista pelos agentes estatais sobretudo pelo seu aspecto negativo, como aquilo que deve ser tolhido, controlado ou destruído para não prejudicar o lastro cultural cristão-ocidental que se desenvolve em outros espaços da sociedade, principalmente nas igrejas. E a verdade é que não há no momento, por parte dos setores progressistas, nenhum projeto capaz de se colocar como alternativa a esse não-projeto vigente. No momento em que finalizamos esse texto, para além do triste diagnóstico realizado até aqui, essa ausência de projeto educacional é a nossa maior tragédia.

Referências

- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Câmara rejeita reinclusão de recursos do Fundeb para o setor privado*. 17 dez. 2020. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/717307-camara-rejeita-reinclusao-de-recursos-do-fundeb-para-o-setor-privado/>. Acesso em 02/11/2021.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. *Pandemia piorou alimentação de crianças e adolescentes, alertam debatedores*. 5 jul. 2021. Disponível em <https://www.camara.leg.br/noticias/781669-pandemia-piorou-alimentacao-de-criancas-e-adolescentes-alertam-debatedores/>. Acesso em 02/11/2021.
- ALFANO, B. Universidade ficou mais elitista em uma década com reduções no Enem, Fies e ProUni. *O Globo*, 4 ago. 2021. Disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/universidade-ficou-mais-elitista-em-uma-decada-com-reducoes-no-enem-fies-prouni-25139645>. Acesso em 02/11/2021.
- BERMÚDEZ, A.; PESSOA, G. Alunos sem internet e computador perdem quase 90 pontos na redação do Enem. *Uol*, 1º ago. 2020. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/08/01/alunos-sem-internet-e-computador-perdem-quase-90-pontos-na-redacao-do-enem.htm>. Acesso em 02/11/2021.
- CALAIS, B.; ANDRADE, J.; AGUIAR, S. Quanto custa estudar em 28 das escolas mais caras do Brasil em 2021. *Forbes*, 30 nov. 2020. Disponível em <https://forbes.com.br/listas/2020/11/quanto-custa-estudar-em-28-das-escolas-mais-caras-do-brasil-em-2021/#foto3>. Acesso em 02/11/2021.
- CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. *Não é uma crise, é um projeto: os efeitos das reformas do Estado entre 2016 e 2021 na educação. Caderno 1*. São Paulo: Instituto Campanha, 2021. Disponível em https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/NAO_E_UMA_CRISE_CADERNO_1.pdf. Acesso em 02/11/2021;
- CHAK, T. Reforma educacional na China busca reduzir sobrecarga nos alunos e regulamentar grandes corporações. *Instituto Tricontinental de Pesquisa Social*, 28 out. 2021. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/reforma-educacional-na-china-busca-reduzir-sobrecarga-nos-alunos-e-regulamentar-grandes-corporacoes/>. Acesso em 02/11/2021.
- DOMENICI, T. Laureate usa robôs no lugar de professores sem que alunos saibam. *A Pública*, 30 abr. 2020. Disponível em <https://apublica.com>.

- org/2020/04/laureate-usa-robos-no-lugar-de-professores-sem-que-alunos-saibam/. Acesso em 02/11/2021;
- DUVOISIN, L. Educação financeira, imperialismo e financeirização. *Revista Estudos do Sul Global*, n. 1, p. 190-200, mar. 2021. Disponível em <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/10/34>. Acesso em 02/11/2021.
- ESCOBAR, H. A diáspora. *Piauí*, edição 181, out. 2021. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/a-diaspora/>. Acesso em 02/11/2021.
- FUNDAÇÃO LEMANN. *O desafio de conectar as escolas à internet*. 25 ago. 2021. Disponível em <https://fundacaolemann.org.br/noticias/o-desafio-de-conectar-as-escolas-a-internet>. Acesso em 02/11/2021.
- G1. *Saldo de inadimplência do Fies subiu de R\$ 2,5 bi para R\$ 6,6 bi em dois anos*. 17 set. 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/09/17/mais-de-1-milhao-de-formados-estao-ha-mais-de-3-meses-sem-pagar-o-fies.ghtml>. Acesso em 02/11/2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê 43: O CoronaChoque e a educação brasileira: um ano e meio depois*. 2 ago. 2021a. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossie-43-educacao-brasileira-pandemia/>. Acesso em 02/11/2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê 46: Big Techs e os desafios atuais para a luta de classes*. 1º nov. 2021b. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossier-46-big-tech/>. Acesso em 05/12/2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *7 teses sobre o presente e o futuro da educação brasileira*. 12 nov. 2021c. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/7-teses-sobre-o-presente-e-o-futuro-da-educacao-brasileira/>. Acesso em 16/05/2023.
- PALHARES, I. Órgão do MEC dissolve conselho que avalia cursos de pós-graduação no país. *Folha de São Paulo*, 16 set. 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/09/orgao-do-mec-dissolve-conselho-que-avalia-cursos-de-pos-graduacao-no-pais.shtml>. Acesso em 02/11/2021.
- PAMPLONA, L. Segundo IBGE, 4,3 milhões de estudantes brasileiros entraram na pandemia sem acesso à internet. *Folha de São Paulo*, 14 abr. 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/04/segundo-ibge-43-milhoes-de-estudantes-brasileiros-entraram-na-pandemia-sem-acesso-a-internet.shtml#:~:text=Ao%20fim%20de%202019%2C%204,servi%C3%A7o%20nas%20regi%C3%B5es%20onde%20viviam>. Acesso em 02/11/2021.

- PELEGRINI, A. Qual o quadro de insegurança alimentar no Brasil da pandemia. *Nexo*, 13 de abril de 2021. Disponível em <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2021/04/13/Qual-o-quadro-de-inseguran%C3%A7a-alimentar-no-Brasil-da-pandemia>. Acesso em 02/11/2021.
- PERONI, V. Redefinições no papel do Estado: Parcerias público-privadas e a democratização da educação. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, v. 21, n. 47, p. 1-17, mai. 2013.
- PODER360. *Relatório avalia que menos de 15% das metas do PNE serão cumpridas no Brasil*. 24 jun. 2021. Disponível em <https://www.poder360.com.br/brasil/relatorio-avalia-que-menos-de-15-das-metas-do-pne-serao-cumpridos-no-brasil/>. Acesso em 02/11/2021.
- POMPEU, L. Guedes tenta incluir *voucher* para educação em PEC do Fundeb. *Congresso em Foco*, 17 de julho de 2020. Disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/guedes-tenta-incluir-voucher-para-educacao-em-pec-do-fundeb/>. Acesso em 02/11/2021.
- RUSSI, A. Guedes fala em liberar R\$ 1 bi para Educação e defende *voucher* no lugar do Fies. *CNN*, 1º jun. 2021. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/guedes-fala-em-liberar-r-1-bi-para-educacao-e-defende-voucher-no-lugar-do-fies/>. Acesso em 02/11/2021.
- R7. *Inadimplência no ensino superior cresce 30% durante a pandemia*. 19 out. 2020. Disponível em <https://noticias.r7.com/economia/inadimplencia-no-ensino-superior-cresce-30-durante-a-pandemia-19102020>. Acesso em 02/11/2021.
- SALDAÑA, P. Cerca de 4 milhões abandonaram estudos na pandemia, diz pesquisa. *Folha de São Paulo*, 22 jan. 2021. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/01/cerca-de-4-milhoes-abandonaram-estudos-na-pandemia-diz-pesquisa.shtml>. Acesso em 02/11/2021.
- SEBRAE. *Conheça o Programa Nacional de Educação Empreendedora*. Disponível em <https://cer.sebrae.com.br/blog/programa-nacional-de-educacao-empreendedor/>. Acesso em 02/11/2021.
- TOLEDO, L. 42% dos candidatos do Enem não têm computador em casa. *CNN*, 14 mai. 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/42-dos-candidatos-do-enem-nao-tem-computador-em-casa/>. Acesso em 02/11/2021.
- UNICEF. *Trabalho infantil aumenta pela primeira vez em duas décadas e atinge um total de 160 milhões de crianças e adolescentes no mundo*. 10 jun. 2021. Disponível em www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/trabalho-infantil-aumenta-pela-primeira-vez-em-duas-de

- cadascum-e-atinge-um-total-de-160-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-no-mundo. Acesso em 02/11/2021.
- UOL. *Enem 2021: Dados mostram a elitização do ensino superior, diz Semesp*. 16 ago. 2021. Disponível em <https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/08/16/enem-2021-dados-mostram-ensino-superior-elitizado.htm>. Acesso em 02/11/2021.
- WEBER, J.; FERNANDES, L. Guerra cultural no (neo)fascismo brasileiro: uma análise dos programas Escola Sem Partido e Future-se. *Revista de Estudos em Educação e Diversidade*, v. 2, n. 3, p. 211-229, jan./mar. 2021. Disponível em <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/8105/5656>. Acesso em 02/11/2021.
- VIEIRA, B. Número de alunos transferidos para a rede pública em SP cresce 44,4% e inadimplência em faculdades já é a maior da história. *G1*, 21 de março de 2021. Disponível em <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/21/numero-de-alunos-transferidos-para-a-rede-publica-em-sp-cresce-444percent-e-inadimplencia-em-faculdades-ja-e-a-maior-da-historia.ghtml>. Acesso em 02/11/2021.
- ZANLORENSSI, G.; SOUZA, C. Orçamentos da Capes e do CNPq caíram 73,4% desde 2015. *Nexo*, 20 out. 2021. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2021/10/20/Or%C3%A7amentos-da-Capes-e-do-CNPq-ca%C3%ADram-734-desde-2015>. Acesso em 02/11/2021.

CORPORAÇÕES EDUCACIONAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA¹

O presente artigo encerra o trabalho conjunto que o Front Instituto de Estudos Contemporâneos e o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social iniciaram em meados de 2020, que buscou entender as mudanças potencializadas pela pandemia na área educacional.

De partida, cabe destacar que diversas análises recentes têm convergido na percepção de que a pandemia funcionou como uma espécie de catalisador de transformações que já vinham ocorrendo, e que junto à ascensão da extrema direita ao poder no Brasil encontraram um terreno favorável para se consolidarem. Dentre elas, pode-se citar a perseguição ideológica aos educadores, os ataques à educação pública, os cortes orçamentários, a precarização da infraestrutura, o papel desempenhado pelas tecnologias da informação e comunicação na intensificação da exploração dos trabalhadores da área, bem como a expansão do setor privado sobre o público. Ou seja, o sentido geral das mudanças em curso aponta para um aprofundamento da mercantilização.

¹ Publicado originalmente em 10 de março de 2022 no site do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (Instituto Tricontinental..., 2022)

Nesse texto, buscamos explorar alguns elementos ligados a esse processo mais amplo a partir de fontes empíricas que nos oferecem informações sobre a dinâmica dos grupos privados. O objetivo é mostrar como o cenário de pandemia afetou a dinâmica das grandes corporações educacionais e como se adaptaram e, inclusive, aproveitaram o novo cenário para implementar mudanças que em outras condições talvez fossem inviáveis. Com esse intuito, sistematizamos alguns indicadores sobre o desempenho de grandes companhias que revelam as restrições impostas, as oportunidades abertas e as respostas dadas.

Tomamos como amostra as maiores empresas de capital aberto atuantes no setor educacional brasileiro hoje. Optou-se por esta amostra tanto pela dimensão e peso econômico dessas empresas quanto por seu vínculo orgânico com o setor financeiro. Diferentemente do mapeamento anterior, apresentado no artigo “A educação brasileira na bolsa de valores” (Instituto Tricontinental..., 2020), que escrutinou os relatórios anuais das companhias (Formulários de Referência), neste artigo buscamos uma abordagem que permitisse acompanhar a conjuntura de maneira mais detalhada durante os anos de 2020 e 2021. Por isso, utilizamos como fontes os balanços trimestrais, que permitem acompanhar mais pormenorizadamente as variações do desempenho dessas empresas ao longo do tempo. Em virtude da qualidade e da quantidade de dados, optamos por reduzir a amostra, excluindo as empresas com relatórios menos detalhados. Com isso, nos concentramos em analisar os dados da Cogna, Yduqs, Ânima e Ser Educacional, excluindo a Bahema e a Cruzeiro do Sul, cotadas na B3, e Arco, Afya e Vasta, cotadas na Nasdaq.²

² O Cruzeiro do Sul é a única companhia de capital aberto dentre as citadas que não consta no artigo anterior porque fez abertura de capital no início de 2021.

Desempenho financeiro

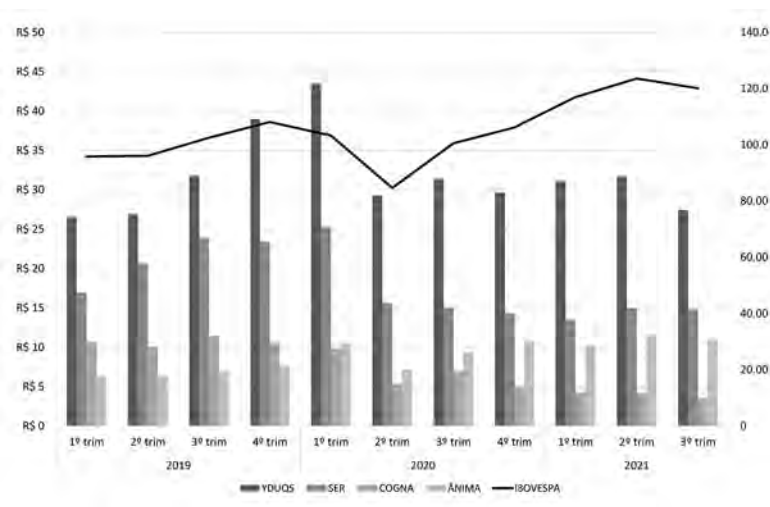
Iniciamos por aquele que talvez seja o ponto mais sensível para esse tipo de corporação, o desempenho na esfera financeira. O fato de as grandes empresas aqui estudadas serem sociedades de capital aberto, com ações comercializadas na bolsa de valores, faz com que seu vínculo com a esfera financeira seja estreito, tornando-as vulneráveis às oscilações do mercado de capitais. É importante considerar que a valorização ou desvalorização financeira de uma empresa não reflete necessariamente no seu desempenho econômico na esfera da produção, pois este resultado pode ser consequência de um movimento mais amplo do capital, inclusive em escala global. Afinal, o capitalismo financeirizado dos dias atuais possibilita que o capital migre de maneira quase instantânea de um país para outro, de um setor econômico para outro e de uma empresa para outra. Quando esse movimento é de fuga de um país, setor ou empresa, ocorre desvalorização. Quando o movimento é de entrada, ocorre valorização.

Apesar disso, não devemos entender esse fenômeno como sinal de uma separação completa entre finanças e produção. Pois mesmo que os movimentos de valorização e desvalorização no mercado de capitais possam refletir tendências imediatas meramente especulativas dos investidores na busca por vultosos lucros fictícios (Carcanholo; Sabadini, 2009), o capital também exige garantias de médio e longo prazo para realizar seus ganhos. Ocorre, portanto, que em momentos de crise o capital tende a migrar de setores considerados inseguros e pouco rentáveis para aqueles dotados de maior previsibilidade e rentabilidade. Essa dinâmica tem relação direta com o potencial do setor produtivo que cada empresa explora economicamente, tornando a esfera da produção estratégica o capital que circula na esfera financeira. Entendemos que são esses os imperativos que deter-

minaram o desempenho das empresas de capital aberto na área da educação ao longo da pandemia.

A fim de aferir o desempenho financeiro das empresas em questão, optamos por trabalhar com dados trimestrais. Com esse intuito, fizemos uma comparação entre o índice de valorização da B3 (Ibovespa) e o desempenho específico das ações das quatro companhias analisadas. Para operacionalizar essa comparação, calculamos a média trimestral de fechamento diário do Ibovespa e a média trimestral de fechamento diário do valor das ações, conforme aparece no Gráfico 1. Optamos por iniciar a análise no ano de 2019 para termos uma referência de comparação anterior ao contexto de pandemia.

Gráfico 1: Ibovespa e cotação de ações de empresas educacionais, 2019-2021 (Média trimestral de fechamento diário)



Fonte: Bovespa; Relatórios trimestrais de Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima.

Como pode ser observado no Gráfico 1, o desempenho geral do Ibovespa ao longo de 2019, representado pela linha

preta, foi positivo. Porém, no primeiro trimestre de 2020, mesmo antes da chegada da pandemia ao Brasil, já havia sinais da crise financeira. Este cenário negativo se aprofundou no segundo trimestre, agora sob o efeito da primeira onda de disseminação da covid-19 no país. No entanto, há de se ressaltar que, passado este primeiro momento, o setor financeiro logrou uma forte recuperação no segundo semestre de 2020, provavelmente devido ao impacto da gigantesca injeção de recursos feita pelo Banco Central para salvar as instituições financeiras (Motta, 2020). Esse surto de crescimento do Ibovespa sustentou-se até a metade de 2021, e no terceiro trimestre do ano viu-se uma queda relativa do índice.

Nota-se que a valorização acionária das empresas educacionais contrasta com este desempenho positivo do setor financeiro no Brasil. Do início de 2019 até o primeiro trimestre de 2020, o desempenho da maioria das empresas foi positivo, à exceção da Cogna, que já vinha sentindo os efeitos de uma crise interna. Já no segundo trimestre de 2020, o valor de mercado das ações das quatro empresas analisadas cai consideravelmente. Esse resultado provavelmente deve-se ao efeito do CoronaChoque no Brasil, que iniciou no final de fevereiro. Nesse caso, o desempenho dessas corporações segue um padrão similar ao da bolsa de valores.

Porém, ao contrário da dinâmica do Ibovespa, o que ocorreu no setor educacional no segundo semestre de 2020 e ao longo de 2021 foi um cenário de estagnação mais ou menos permanente. Isso é válido para Cogna, Yduqs e Ser Educacional. A única exceção foi a Ânima, que obteve resultados positivos ao longo do período. Ou seja, o sentido geral do desempenho dessas corporações indica que elas sofreram uma perda relativa em comparação ao mercado de capitais como um todo. A que se deve esse resultado?

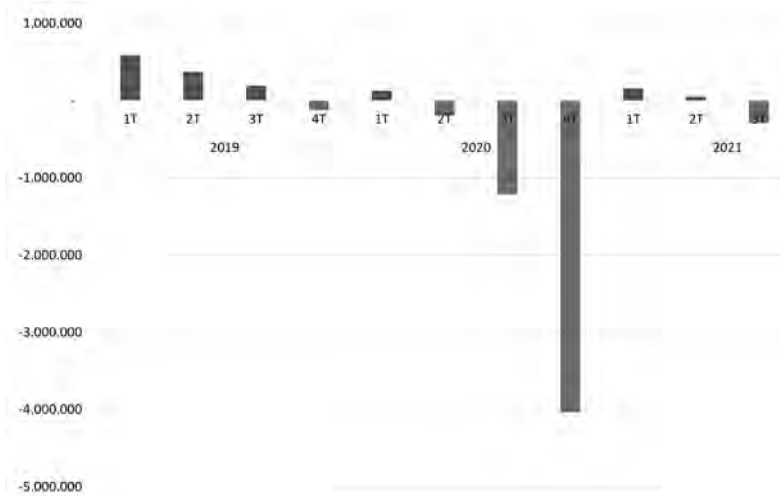
Como dissemos anteriormente, há diferentes movimentos que podem estar operando nesse caso. O primeiro seria um movimento meramente ocasional e especulativo. O segundo, de fuga de capital do setor educacional devido à sua baixa rentabilidade. E o terceiro, complementar ao anterior, seria um movimento de atração do capital em direção a setores mais rentáveis, a despeito de um hipotético bom desempenho produtivo do setor educacional. Evidentemente, uma afirmação conclusiva a respeito desse fenômeno exigiria uma análise mais completa da dinâmica financeira brasileira ao longo da pandemia, pretensão que não temos aqui. Mesmo assim, é possível nos aproximarmos de uma resposta olhando para os resultados produtivos do setor educacional.

Desempenho produtivo

Ao falarmos de produção não nos referimos necessariamente à produção material, e sim à produção de mercadorias. Algumas dessas podem ser intangíveis, comumente associadas ao setor de serviços, como é o caso da educação. Assim, o desempenho produtivo são os ganhos que as empresas obtiveram com a prestação de serviços educacionais. Há diferentes formas de avaliarmos esse desempenho. Podem ser utilizadas informações como o número de estudantes matriculados, o valor pago em mensalidades, dentre outros que mostram o desempenho da atividade fim das companhias educacionais. Mais adiante, exploraremos alguns desses indicadores, porém optamos por iniciar pelo lucro líquido, pois este reflete o ganho real de seus proprietários.

O Gráfico 2 apresenta a evolução do lucro líquido da Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima ao longo de 2019, 2020 e 2021.

Gráfico 2: Somatório do lucro líquido trimestral da Cogna, Yduqs, Ser educacional e Ânima (2019-2021) (em mil R\$)



Fonte: Relatórios trimestrais de Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima.

A partir do gráfico, pode-se destacar vários aspectos. Em primeiro lugar, nota-se que o desempenho das corporações educacionais ao longo de 2019 é decrescente. Essa evolução reflete uma certa sazonalidade normal do mercado, uma vez que as matrículas são maiores nos primeiros meses do ano e há um movimento de evasão ao longo do ano. No entanto, o resultado do último trimestre de 2019 não reflete apenas essa sazonalidade, mas sugere o início de uma crise. Coincidência ou não, esse resultado reproduz a tendência negativa observada também no setor financeiro, conforme expusemos no Gráfico 1, reforçando a hipótese de que a crise econômica no Brasil se iniciou ainda em fins de 2019, precedendo a pandemia.

Em segundo lugar, o gráfico deixa evidente que nos três últimos trimestres de 2020 houve um agravamento da crise na educação. Há uma clara relação entre esse resultado negativo

e a disseminação da pandemia no Brasil. Com base nos dados consolidados pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde, constata-se que a primeira rampa de contágios no Brasil se deu entre março e junho de 2020, e que o pico da primeira onda de mortes foi entre maio e agosto (Conass, 2022). Nesse contexto, é provável que as perdas do setor educacional estejam ligadas ao impacto inicial do cancelamento das aulas presenciais nas instituições de ensino em virtude desse agravamento sanitário.

Já os dois primeiros trimestres de 2021 foram de recuperação relativa das perdas anteriores. Este movimento pode ser explicado por dois fatores. Em primeiro lugar, é possível que se deva ao reflexo da retomada parcial das atividades presenciais em fins de 2020 e no primeiro semestre de 2021 (Fenep, 2021). Ao mesmo tempo, o resultado positivo pode estar indicando a capacidade adaptativa das quatro empresas para responder às restrições impostas pela pandemia, por meio de medidas de recuperação de ganhos e, especialmente, de corte de custos.

Porém, o terceiro trimestre de 2021 trouxe novas perdas, mostrando que a recuperação anterior havia sido apenas parcial. Esse desempenho coincide com a tendência de queda verificada também no Ibovespa, conforme mostra o Gráfico 1. O recrudescimento da crise na educação também pode ser um reflexo, com algum atraso, da dinâmica da segunda onda da pandemia. De acordo com os dados do Conass, o segundo pico de mortes ocorreu aproximadamente entre março e julho de 2021, o que provavelmente colocou em xeque as perspectivas mais otimistas de que o fim da pandemia estivesse próximo.

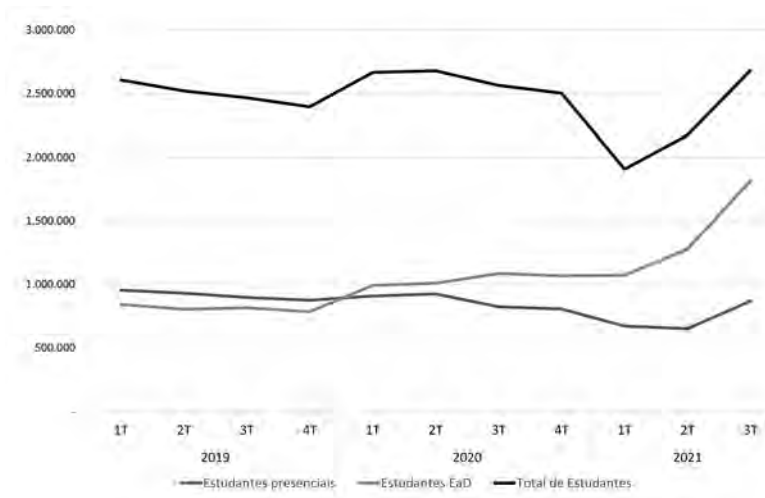
Ou seja, como se vê, a tônica do período que vai de 2020 ao terceiro trimestre de 2021 é de uma grave crise do setor educacional privado, que tem suas raízes nas restrições impostas pela pandemia. Nesse sentido, o desempenho produtivo e financeiro dessas corporações está bastante próximo.

Restrições e oportunidades

É provável que os dois principais fatores de constrangimento à acumulação de capital no setor educacional relacionados ao CoronaChoque tenham sido o aumento da evasão e da inadimplência. Esses dois problemas não se relacionam apenas com as restrições sanitárias, mas também econômicas. Afinal, segundo os dados compilados pelo IBGE, do segundo trimestre de 2020 ao primeiro trimestre de 2021, o PIB brasileiro teve resultado negativo, agravando as condições de vida da população mais pobre (IBGE, 2022). Diferentes pesquisas coincidem no diagnóstico de que, nesse contexto, a evasão de estudantes aumentou (Puente, 2021; Revista Educação, 2021). Além disso, parece ter havido também um fenômeno de migração de estudantes de instituições privadas em direção às públicas, principalmente no nível Básico, possivelmente em razão das dificuldades em continuar pagando as mensalidades (Guedes; Vieira, 2021). O Gráfico 3 apresentado abaixo traz dados sobre o número de matrículas totais, presenciais e EaD.

Curiosamente, nos relatórios trimestrais das corporações estudadas, a evasão ao longo de 2020 é menor do que a esperada. Uma das razões é que o modelo de ensino remoto pode ter mascarado a evasão real, uma vez que flexibilizou excessivamente os critérios do que é “estar presente” em sala de aula. Assim, embora perceba-se uma queda no público entre o segundo e o quarto trimestre de 2020, em média, o número de estudantes matriculados ao longo daquele ano superou os de 2019. Em compensação, é notável que houve uma queda bastante acentuada de matrículas registradas no primeiro trimestre de 2021. Supomos que isso se explique por ter havido uma subnotificação da evasão ao longo de 2020, sendo esses dados atualizados apenas no início do ano seguinte. Com isso, se explica porque entre o começo de 2020 e o início de 2021 houve uma perda de cerca de 600 mil estudantes matriculados.

Gráfico 3: número de estudantes matriculados em instituições vinculadas à Cognia, Yduqs, Ser Educacional e Ânima (2019-2021)



Fonte: Relatórios trimestrais de Cognia, Yduqs, Ser Educacional e Ânima.

Como se pode notar, foi nesse período que, pela primeira vez, o número de matriculados em modalidades EaD superou o número de estudantes presenciais no conjunto das quatro empresas analisadas. Isso sugere que a pandemia funcionou como um catalisador de mudanças estruturais que já vinham se desenvolvendo há anos no setor, com a aposta no investimento em tecnologias da informação e de comunicação e o aumento na oferta de vagas EaD. Prova disso é que os dados do primeiro trimestre de 2020, portanto antes mesmo do início da pandemia, já registravam essa inversão. Ao longo de 2020, essa situação se consolida, mas é especialmente marcante o aumento das vagas EaD em 2021. Esse resultado consistente indica que estamos perante uma mudança que veio para ficar.

Por outro lado, percebe-se que o número de estudantes matriculados em modalidades presenciais decresceu continuamente

entre o início de 2019 e o segundo trimestre de 2021, passando por uma importante recuperação no terceiro trimestre. Este fenômeno também merece uma explicação. Afinal, a intensidade do decréscimo de estudantes presenciais não parece ser apenas fruto de mudanças estruturais, mas também coincide fortemente relacionada à conjuntura restritiva imposta pela pandemia. Como é possível ponderar os fatores estruturais e conjunturais no número de matrículas presenciais?

Em primeiro lugar, está claro que a pandemia trouxe contradições para o setor educacional privado. Neste cenário, o lugar do ensino presencial no desempenho produtivo das empresas analisadas só pode ser adequadamente identificado levando-se em conta sua contribuição tanto na receita quanto nos custos.

No que se refere à receita, uma das evidências de que o ensino presencial continuou sendo importante foram as sistemáticas pressões pelo retorno às atividades presenciais ao longo de 2020 e 2021. Esse movimento ocorreu muito precocemente, como mostra o documento publicado por associações privadas em julho de 2020, quando ainda estávamos no pico da primeira onda de mortes (Abuchaim, 2020). Nesse sentido, fica claro que, apesar da propaganda em torno das vantagens das modalidades EaD e do potencial trazido pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, o lucro do setor privado continua fortemente dependente do presencial.

Isso ocorre porque as matrículas presenciais contribuem muito mais do que as da EaD para a receita dessas empresas. Para ser mais específico, os dados coletados nos relatórios da Cogna, Yduqs e Ser Educacional³ mostram que o ganho com cada estudante presencial matriculado (denominado como *ticket* médio presencial) permaneceu cerca de três vezes maior do que

³ Os relatórios trimestrais da Ânima não apresentam esta informação.

os ganhos com um estudante EaD (*ticket* médio EaD), e essa proporção variou muito pouco ao longo do período. Isso significa que, apesar do potencial de expansão que as modalidades à distância representam, o ensino presencial ainda contribui com uma grande parte da receita – em alguns casos com a maior parte –, o que explica a insistência das empresas no retorno das aulas presenciais.

Em contrapartida, ainda que os documentos não apresentem esses dados separadamente, é intuitivo concluir que os custos com o ensino presencial são muito maiores do que aqueles despendidos com o ensino à distância. Afinal, um curso presencial exige uma infraestrutura física que os cursos à distância dispensam. Estes, na maioria dos casos, são realizados quase que integralmente em plataformas virtuais acessadas por meio de polos locais que disponibilizam uma estrutura bastante precária. Nesse sentido, se por um lado a pandemia representou um drástico corte das receitas advindas dos estudantes presenciais, por outro ela propiciou a redução de custos, com a instauração de atividades remotas de maneira emergencial. Uma das evidências desse processo foi a disputa em torno das mensalidades que ocorreu no início da pandemia, opondo de um lado as instituições privadas, que tentavam elevar as mensalidades, e de outro estudantes e famílias, que reivindicavam um congelamento temporário sob a alegação de que o ensino remoto representava uma queda nos gastos que deveria ser repassada aos consumidores.

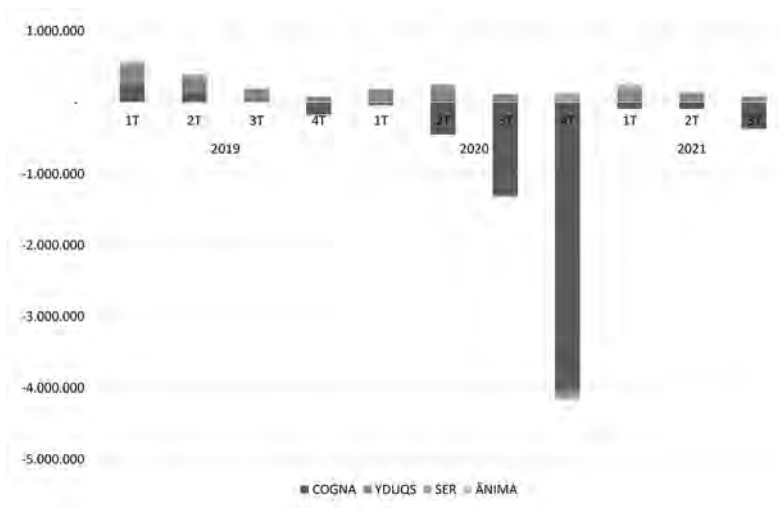
A apreensão detalhada desse movimento contraditório entre receitas e custos só poderia ser feita por meio de dados que não encontramos disponíveis. De qualquer forma, indica que o ensino presencial não será integralmente substituído pela EaD. Diferente disso, é possível que o setor privado educacional esteja buscando uma proporção “ótima” entre custos e receitas advindos de uma combinação entre essas diferentes modalidades de

serviços ofertadas. Ou seja, as diferenças entre os ganhos obtidos com matrículas presenciais e EaD são tratadas pelos grupos privados como distintos nichos de mercado a ser explorados, que têm seus próprios potenciais e restrições, e não como mera substituição do presencial pela EaD.

Reorganização do setor privado

Como ocorre comumente no capitalismo, as conjunturas de crise abrem também cenários de oportunidades. Uma das consequências da crise do setor educacional nos últimos dois anos foi a reorganização da hierarquia entre as empresas. Até agora, olhamos as quatro corporações como um bloco. A seguir (Gráfico 4) apresentamos novamente os dados sistematizados no Gráfico 2, mas desta vez diferenciando o lucro líquido trimestral de cada uma das quatro empresas.

Gráfico 4: Lucro líquido trimestral da Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima (2019-2021) (em mil R\$)



Fonte: Relatórios trimestrais de Cogna, Yduqs, Ser Educacional e Ânima.

São evidentes as diferenças no desempenho das empresas e suas distintas proporções. No caso da Cogna, sem dúvidas a maior e mais importante do setor, observa-se o progressivo acúmulo de prejuízos ao longo de 2020. O mesmo não se verifica nas outras três companhias. Embora todas elas tenham sofrido com a pandemia, a crise não foi tão grave e permanente quanto a da Cogna. Essa situação possibilitou um movimento relativo na hierarquia do setor.

A resposta da Cogna foi tentar se reorganizar internamente, ampliando a captação no mercado de capitais com a criação de um novo braço na Nasdaq, a Vasta Educação. No entanto, ao contrário do esperado, o lançamento da Vasta em meados de 2020 reverteu-se em desvalorização da Cogna na bolsa brasileira e não diminuiu os prejuízos da empresa. O segundo movimento da Cogna foi fechar um acordo com a Eleva Educação, braço educacional de Jorge Paulo Lemann, para que esta administre suas escolas de Ensino Básico, permitindo à Cogna concentrar-se na recuperação do seu principal mercado, o Ensino Superior.

Ao que parece, a crise da Cogna abriu novas oportunidades de mercado, acirrando a concorrência. Foi nesse contexto que se verificou um processo de novas aquisições. Assim, se no primeiro semestre de 2020 percebeu-se principalmente uma preocupação das empresas em adaptarem-se às novas condições de restrição, já no segundo iniciava-se um movimento mais agressivo de concorrência e reposicionamento no mercado. Isso pode ser apreendido pelo número e pelo valor de aquisições ocorridas a partir do final de 2020, conforme exposto na Tabela 1.

Ainda que faltem dados sobre o valor de todas as operações, o que está disponível permite afirmar que a Cogna foi a companhia que menos valor despendeu em novas aquisições, somando

cerca de R\$ 645 milhões. Por ser a maior companhia dentre as quatro e também a que mais sofreu com a crise do setor educacional, é possível apontar que esse valor reflete uma postura defensiva em relação ao mercado. Em contraste, a Ânima colocou-se na ofensiva, liderando o processo de aquisições com R\$ 4,5 bilhões. Em segundo lugar ficou a Yduqs, com R\$ 2,3 bilhões, seguida pela Ser Educacional, com R\$ 876 milhões. Ou seja, enquanto a gigante do setor tinha perdas milionárias ao longo da pandemia, suas concorrentes aproveitaram para ampliar o leque de atuação, provavelmente vislumbrando um novo cenário pós-crise.

Tabela 1: Aquisições realizadas pelos grupos Cogna, Yduqs, Ânima e Ser Educacional (2020-2021)

DATA	GRUPO	EMPRESA ADQUIRIDA	VALOR DA OPERAÇÃO
2º Trim. 2020	Yduqs	Adtalem	R\$ 2,2 bilhões
3º Trim. 2020	Yduqs	Athenas	R\$ 120 milhões
	Ser	Facimed	R\$ 150 milhões
4º Trim. 2020	Cogna	Meritt	Não consta
	Ânima	Medroom	Não consta
	Ânima	Laureate Brasil	R\$ 4,4 bilhões
	Ser	Beduka	Não consta
	Ser	Unifasb	R\$ 210 milhões
	Ser	Faculdade Internacional da Paraíba e UNIFG	R\$ 180 milhões
	Ser	Colégio Cultural Módulo	R\$ 24 milhões
1º Trim. 2021	Cogna	Sociedade Educacional da Lagoa	R\$ 65 milhões
	Ânima	Unisul	R\$ 20 milhões
2º Trim. 2021	Yduqs	QConcursos	Não consta
	Ânima	Centro Educacional de Formação Superior	R\$ 57 milhões
	Ser	Fael	R\$ 280 milhões
3º Trim. 2021	Ânima	Gama Academy	R\$ 33,8 milhões
	Ser	CDMV e Hospital Veterinário DOK	R\$ 12 milhões
	Ser	Prova Fácil	Não consta
4º Trim. 2021	Cogna	Editora Eleva	R\$ 580 milhões
	Ânima	IBCMED	R\$ 10 milhões
	Ser	DeLinea	R\$ 20 milhões

Fonte: As informações foram obtidas em revistas e sites especializados no mundo dos negócios, como *Valor*, *Valor Invest*, *Forbes*, *Exame*, *Seu Dinheiro* e *Money Times*.

Por fim, destaca-se a atenção das quatro companhias aos investimentos em mercados específicos e com potencial de crescimento. Nesse sentido, destaca-se o novo nicho representado pelas chamadas edtechs – empresas que aplicam tecnologias da informação e comunicação às atividades educacionais, com destaque para as plataformas de ensino *online* já consolidadas, como Meritt, QConcursos e Prova Fácil – e pelas instituições especializadas no ensino na área de saúde, como Facimed e Medroom. Esse movimento confirma a tendência das grandes corporações à segmentação e à especialização de mercados, que vão desde os mais baratos, como os cursos EaD de curta duração, até os mais caros, como as faculdades de medicina presenciais.

Conclusões

Este texto buscou mostrar como o CoronaChoque afetou as grandes corporações da educação e como elas responderam aos desafios colocados por essa conjuntura. Partimos de dois pressupostos: 1) o CoronaChoque não foi a causa das transformações ocorridas, e sim um fator que contribuiu para exacerbar certas tendências pré-existentes; 2) para aferir o desempenho econômico das corporações deve-se levar em conta tanto a esfera financeira quanto a produtiva.

Em relação ao desempenho econômico, verificou-se que as empresas educacionais viveram tendências de estagnação na esfera financeira e que estas têm certa correspondência com seus resultados na esfera produtiva. Por si só, esta constatação não permite tirar conclusões sobre a causalidade do processo, mas abre caminho para o desenvolvimento de hipóteses que podem ser verificadas em análises futuras.

Além disso, é inegável que a pandemia representou sobretudo um conjunto de restrições, com aumento da evasão e da inadimplência. Neste caso, por mais contraditório que pareça, a res-

posta do empresariado foi tanto pressionar pelo retorno às aulas presenciais o mais rápido possível quanto reforçar a tendência estrutural de ampliação das modalidades de ensino à distância. No entanto, uma visão mais clara dessa estratégia depende de dados mais detalhados sobre a composição de receitas e custos do ensino presencial e à distância.

Por fim, identificou-se um processo de reorganização interna do setor educacional privado que parece ter sido propiciado pela grave crise da Cogna. Como resultado, ao longo da pandemia assistiu-se a um movimento de novas aquisições liderado pela Ânima, que parece ter sido a empresa com melhor desempenho nesta conjuntura.

Referências

- ABUCHAIM, B. Como voltar às atividades na Educação Infantil? *Fundação Maria Cecília Souto Vidigal*. 2020. Disponível em <https://pve.institutovotorantim.org.br/wp-content/uploads/como-retornar-atividades-educacao-infantil-pandemia-covid-19-recomendacoes-municipios-1.pdf>. Acesso em 21 fev. 2022.
- CARCANHOLO, R; SABADINI, M. Capital fictício e lucros fictícios. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-65, junho 2009.
- CONASS. *Painel nacional: covid-19*. Disponível em www.conass.org.br/painelconasscovid19/. Acesso em 21 fev. 2022.
- FENEP. *Monitoramento de retorno às aulas nas escolas particulares no Brasil*. 02 fev. 2021. Disponível em www.fenep.org.br/fileadmin/user_upload/fenep/2021/02/03/03-02-_FENEP_-_Mapeamento_de_retorno_as_aulas_nas_Escolas_particulares_no_Brasil.pdf. Acesso em 21 fev. 2022.
- GUEDES, M.; VIEIRA, H. Sobe número de alunos de escolas particulares que migraram para públicas no país. *CNN*, 04 ago. 2021. Disponível em www.cnnbrasil.com.br/nacional/sobe-numero-de-alunos-de-escolas-particulares-que-migraram-para-publicas-no-pais/. Acesso em 21 fev. 2022.
- IBGE. *Sistema de Contas Nacionais Trimestrais*. Disponível em www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_

- source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib#evolucao-taxa. Acesso em 21 fev. 2022.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL; FRONT INSTITUTO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS. *A educação brasileira na bolsa de valores*. 2020. Encontrado em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/cartilha-a-educacao-brasileira-na-bolsa-de-valores/>. Acesso em 11 jun. 2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Dossiê 43: O CoronaChoque e a educação brasileira: um ano e meio depois*. 2 ago. 2021a. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/dossiê-43-educacao-brasileira-pandemia/>. Acesso em 02/11/2021.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *7 teses sobre o presente e o futuro da educação brasileira*. 12 nov. 2021b. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/7-teses-sobre-o-presente-e-o-futuro-da-educacao-brasileira/>. Acesso em 21 fev. 2022.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Corporações educacionais em tempos de pandemia*. 10 mar. 2022. Disponível em <https://thetricontinental.org/pt-pt/brasil/corporacoes-educacionais-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em 02/06/2023.
- MOTTA, C. Com R\$ 325 bi do BC para o Tesouro, governo reforça prioridade a bancos em tempos de pandemia. *Rede Brasil Atual*, 31 ago. 2020. Disponível em www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/08/325-bilhoes-bc-governo-prioriza-bancos-pandemia/. Acesso em 21 fev. 2022.
- PUENTE, Beatriz. Com maior número em seis anos, Brasil tem 244 mil jovens de 6 a 14 fora da escola. *CNN Brasil*, 02 dez. 2021. Disponível em www.cnnbrasil.com.br/nacional/com-maior-numero-em-seis-anos-brasil-tem-244-mil-jovens-de-6-a-14-fora-da-escola/. Acesso em 21/02/2022.
- REVISTA EDUCAÇÃO. *4 milhões de brasileiros abandonaram a escola na pandemia*, 26 jan. 2021. Disponível em <https://revistaeducacao.com.br/2021/01/26/abandono-escolar-da/>. Acesso em 21 fev. 2022.